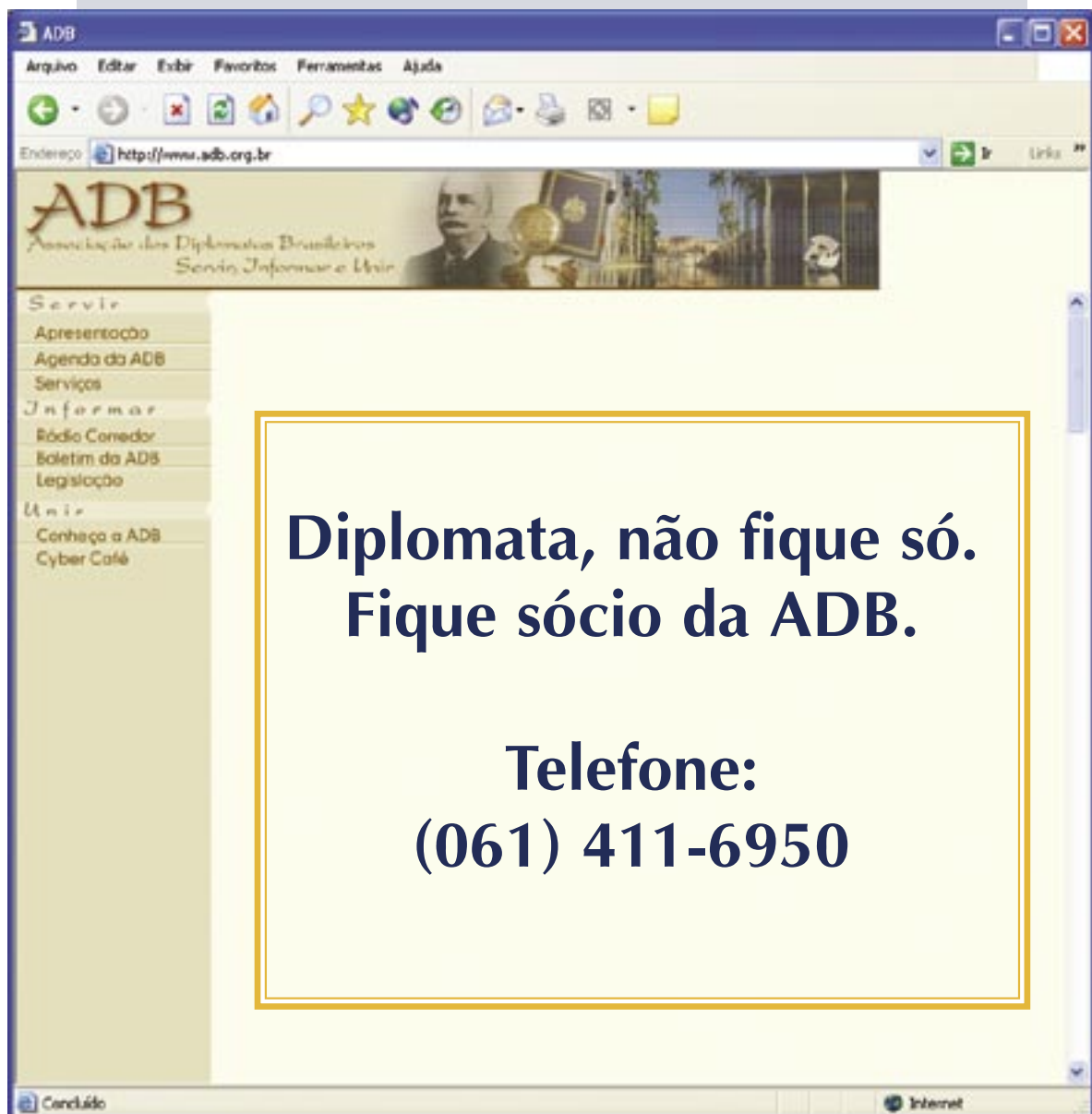


ADB

A woman in a blue sari is sitting on a pile of rubble in a volcanic landscape. The background shows a bright orange and red sky, suggesting a volcanic eruption. The foreground is filled with dark, jagged rocks and debris, including some white plastic bags. The woman is looking down with a somber expression, her hand resting on her face.

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XII - Nº 48 - Jan/Fev/Mar 2005
ISSN 0104-8503

Saudades,
Lys Amayo



**Diplomata, não fique só.
Fique sócio da ADB.**

**Telefone:
(061) 411-6950**

Visite o *site*
www.adb.org.br
Escreva-nos
adb@mre.gov.br

Antena parabólica dos diplomatas

Caros colegas,

Nosso barco, lançado ao mar em 1992, ano da fundação da ADB, continua seguindo a mesma rota traçada desde então e acompanhando, como navio-auxiliar, a esquadra comandada por um capitão-de-longo-curso, o embaixador Celso Amorim, experiente em navegar os sete mares do mundo diplomático globalizado.

A força-tarefa da ADB, com mais de mil associados, está cada vez mais empenhada em cooperar com a alta administração da Casa para que a carreira diplomática se torne mais atrativa, segura e bem-remunerada. Não temos a pretensão de influenciar a nossa política externa. Quem a determina é o presidente da República e a sua execução está a cargo do seu chanceler. Somos disciplinados e desejamos apenas atuar como uma antena parabólica, auscultando as esperanças e os anseios dos diplomatas da ativa, aposentados e pensionistas.

Após firmar essa profissão de fé, seguimos com nossos agradecimentos ao ex-presidente Villarinho Pedroso, e à sua diretoria, que, durante quatro anos, dirigiu a ADB e a tornou mais eficiente, combativa e com horizontes mais amplos.

Convém assinalar que alguns fatos relevantes ocorreram na ADB a partir do final de 2004. No dia 30 de dezembro, a assembléia-geral alterou o estatuto e elegeu a nova diretoria da nossa associação. Já no dia 10 de janeiro deste ano, os novos diretores foram apresentados ao secretário-geral. Nessa ocasião, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães se mostrou muito receptivo aos nossos desejos de gerir o Clube das Nações e de ver concretizado um aumento salarial para todos os servidores do MRE. Ele também apoiou a iniciativa da ADB de encomendar um busto, em bronze, de San Thiago Dantas – o defensor da política externa independente – a ser oferecido ao Itamaraty.

Assinalamos no presente boletim a nossa tristeza pelo falecimento da colega Lys Amayo e de seu filho Gianluca, vítimas da tragédia provocada pelo *tsunami* que devastou as costas de países do sudeste asiático e do leste africano. Nossos pêsames à família enlutada. Com orgulho enfatizamos a ajuda humanitária prestada pelo Brasil às vítimas e o papel desempenhado pelo Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior (DCB), chefiado pelo ministro Manoel Gomes Pereira, para localizar brasileiros na região da catástrofe.

Agradecemos da ADB aos entrevistados, por *fax*: o embaixador do Brasil em Bangcoc, Marco Brandão, e a senhora Joana Merlin Sholtes, representante da ONU no local. Ficamos honrados pela entrevista concedida pelo senador Cristóvam Buarque, atual presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado e atentos às opiniões do nosso vice-presidente, o jovem deputado André Costa, sobre política externa.

Finalmente, recebemos, com muito agrado, os artigos dos nossos colegas Seixas Correia, Rache de Almeida e Paulo Roberto de Almeida. Assuntos tratados? Do maior interesse e da melhor qualidade. É só verificar, caros leitores. Bom trabalho para o biênio 2005-2006 são os votos da presidência à nova diretoria.

Flávio Mendes de Oliveira Castro
Presidente da ADB

página 4

4

Entrelinhas

Homenagem a Celso Amorim, agenda da Câmara dos Deputados e a convocação dos diplomatas "produtores culturais" pela ADB. Esses são alguns dos assuntos tratados na seção de notas.



Mauro Burlanach

página 5

5

Internas

Confira a relação dos novos diretores da ADB e os planos de sua Diretoria para o biênio 2005/2006.

página 9

9

Além do Itamaraty

O Boletim da ADB entrevistou o diplomata e deputado federal André Costa. O parlamentar fala sobre política externa e propõe que a ADB aprofunde a discussão sobre o projeto de previdência complementar para os servidores públicos.



ASCOM - Câmara dos Deputados

página 12

12

Carreira Diplomática

A criação do auxílio-educação será uma das prioridades do Itamaraty em 2005. A reportagem do Boletim da ADB também apresenta a legislação de vários países sobre o assunto.



página 16

16

Memórias do Itamaraty

O ministro Paulo Roberto de Almeida brinda os leitores do Boletim da ADB com um artigo sobre as peripécias do "diplomata a cavalo" Duarte da Ponte Ribeiro.



Arquivo ADB

página 20

20

O Boletim da ADB presta uma homenagem à diplomata Lys Amayo, morta na Tailândia, na reportagem sobre a tragédia provocada pelo tsunami na Ásia. Confira também a entrevista com Joana Merlin-Scholtes,



página 28

28

Ponto de Vista

O embaixador Seixas Corrêa propõe mudanças na estrutura da OMC e apresenta a candidatura do Brasil à Diretoria-Geral da organização internacional.



página 31

31

Raio X Diplomático

O Boletim da ADB apresenta os números do orçamento do MRE em 2005. Apesar do acréscimo de R\$ 45 milhões para o pagamento de pessoal, os diplomatas continuam em 15º lugar no *ranking* da remuneração das carreiras típicas de Estado.



página 33

33

Entrevista

O senador Cristóvam Buarque (PT-DF), novo presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, concede entrevista exclusiva ao Boletim da ADB e elogia a política externa conduzida pelo Itamaraty.



Jane de Araújo/Agência Senado

página 38

38

Ponto de Vista

O artigo do embaixador José Rache de Almeida lembra o 42º aniversário do concerto da bossa-nova no Carnegie Hall, em Nova York.

**Especial**

representante da ONU na Tailândia, e os depoimentos dos ministros Edson Duarte Monteiro e Manoel Gomes Pereira sobre as ações de solidariedade do governo brasileiro às vítimas do *tsunami*.

páginas 37/40

37/40

Serviços

Boas notícias para os diplomatas: a Justiça Federal assegurou o pagamento da GDAD integral para os inativos, e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal anunciaram linhas especiais de crédito para servidores públicos e aposentados.

Homenagem a Celso Amorim

O chanceler Celso Amorim recebeu, em dezembro de 2004, o prêmio *Faz Diferença*, promovido pelo jornal *O Globo*. A premiação foi conferida às personalidades que mais se destacaram, em 2004, nas áreas de política, economia, cultura, segurança, etc. O ministro foi escolhido como o destaque na economia brasileira, em função do trabalho de “costurar negociações nos bastidores, como as que levaram à aproximação histórica com a China e a duas vitórias importantes do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC)”. Modesto, Celso Amorim, declarou ao periódico que, “quem faz a diferença é o presidente Lula”.

"Produtores culturais"

A ADB está iniciando a composição de uma base de dados sobre os diplomatas, em todas as épocas, enquanto “produtores culturais”, nos diversos gêneros das artes e das letras. A intenção é produzir uma listagem sintética dos nomes e dos “produtos culturais” dos diplomatas, como ponto de partida de uma informação ampla, em base eletrônica e eventualmente impressa, da contribuição dos diplomatas para a cultura brasileira e universal.

A ADB agradecerá, assim, a remessa, ao seu endereço eletrônico (adb@mre.gov.br), de pequenas fichas comportando uma identificação sumária de cada diplomata – tanto do ponto de vista pessoal, como com base em registros familiares e outras fontes documentais – e uma relação de suas obras divulgadas, publicadas ou conhecidas. Os resultados serão oportunamente disponibilizados no *site* da ADB.

Diálogo Brasília-Oxford

A primeira edição do Diálogo Brasília-Oxford tem como tema *Hegemonia, Ordem Global e Coalizões Anti-Hegemônicas*. O debate acontecerá no dia 14 de abril, no auditório da Reitoria da Universidade de

Brasília. O objetivo do programa é aproximar as comunidades acadêmicas da UnB e de Oxford em torno da discussão de temas contemporâneos e de interesse recíproco. O foco do Diálogo Brasília-Oxford é a inserção social, cultural, política e econômica para a agenda bilateral dos dois países. Informações com o professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, pelos fones 307-2036/2654.

Sabatina do Senado

O deputado Elimar Máximo Damasceno (Prona/SP) quer submeter as indicações do governo brasileiro para os cargos de representação nas organizações internacionais ao crivo do Senado Federal. A proposta é aumentar o controle e a fiscalização do Congresso Nacional sobre os ocupantes desses cargos. O projeto recebeu parecer favorável do deputado João Herman Neto (PPS-SP) e aguarda votação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Moratória argentina

O deputado tucano Luiz Carlos Hauly (PR) quer discutir a experiência da moratória argentina na Câmara dos Deputados. Ele apresentou requerimento propondo a realização de uma audiência pública com o embaixador do Brasil na Argentina, Mauro Vieira, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

50 Anos do Ibri

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri) comemorou 50 anos no ano passado. Para fechar as comemorações do cinquentenário, no dia 26 de abril, o instituto promove o seminário *O crescimento das relações internacionais do Brasil*, no auditório do Memorial JK, em Brasília. As presenças do ministro Celso Amorim e do reitor da UnB, Lauro Morhy, estão confirmadas.

Nova diretoria planeja maior integração entre diplomatas em 2005

A nova diretoria deve concluir as reformas da sede da ADB em abril e já manifestou ao secretário-geral do MRE o interesse de assumir a gestão do Clube das Nações.

A ADB está sob nova direção desde o último dia 11 de fevereiro. No final de 2004, os associados elegeram, por unanimidade, a chapa única encabeçada pelo ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro, que tomou posse neste ano e vai ficar à frente da entidade no período 2005/2006.

A nova diretoria promete dar continuidade à defesa dos interesses dos diplomatas na Justiça, que teve início na gestão presidida pelo embaixador Luiz Pedroso Villarinho. O propósito é manter o contrato com o escritório de advocacia Antonio Torreão Braz Neto. "Temos a expectativa de que as nossas reivindicações serão atendidas com rapidez", afirmou o presidente.

Outra iniciativa da nova diretoria será investir na integração entre os diplomatas. "É imprescindível que cuidemos de um de nossos mais importantes símbolos, o Clube das Nações, espaço ideal para promover nossa união", afirmou. A ADB pretende obter do Itamaraty uma autorização para gerir o clube pelos próximos 50 anos e desenvolver atividades culturais periódicas no local.



Mauro Burlanach

O embaixador Luiz Villarinho "passa o bastão" de presidente da ADB para o ministro Flávio Castro

A conclusão da reforma da sede da ADB, prevista para abril, também pode contribuir para a aproximação entre os membros da associação. “A nova sede será mais espaçosa e mais bem equipada para receber os filiados”, garante o presidente recém-eleito.

Além da ênfase na integração dos diplomatas, a diretoria da ADB quer intensificar o diálogo e a negociação com a administração do Ministério das Relações Exteriores para alcançar alguns dos anseios da categoria. Esse trabalho começou na reunião que os novos e os antigos dirigentes da entidade tiveram com o secretário-geral do MRE, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na segunda semana de fevereiro.

O propósito inicial do encontro era apresentar a diretoria eleita ao secretário-geral, conta o diretor de Comunicação da ADB, Eduardo Pereira e Ferreira. No entanto, a reunião também serviu como oportunidade de apresentar as reivindicações dos diplomatas. “O nosso salário ainda está defasado, se comparado ao das outras carreiras de Estado”, afirmou o diretor de Comunicação.

A criação de benefícios, como o auxílio-educação, também esteve na pauta. Segundo Eduardo Ferreira, o embaixador Samuel Pinheiro se mostrou sensível às demandas da ADB e deve voltar a se reunir com a nova diretoria.



Mauro Burlanach

Novos membros e conselheiros da ADB no almoço-posses, no Clube das Nações. Da esquerda para a direita: Eduardo Pereira e Ferreira, Paulo Roberto de Almeida, Manuel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior, Luiz Carlos Galindo de Medeiros, Hércio Tavares Pires, Murillo de Miranda Basto Júnior, Flávio Mendes de Oliveira Castro e Luiz Brun de Souza

Confira a relação dos novos membros da diretoria da ADB

A diretoria passou por um grande processo de renovação. Os únicos diretores reeleitos foram o atual presidente e os responsáveis pelas pastas de Comunicação e de Assuntos Jurídicos. Os demais estão participando da direção da ADB pela primeira vez.



Mauro Burlanach

Presidente Flávio Mendes de Oliveira Castro

O novo presidente da ADB ingressou no Itamaraty em 1944, como auxiliar contratado e, no ano seguinte, como diplomata de carreira. Foi aposentado em 1980

com vantagens de chefe de missão diplomática. Serviu em mais de 20 postos e foi chefe do Cerimonial da Presidência da República no governo de João Goulart. Figura entre os sócios fundadores do Clube das Nações em 1961. Coordenou, no Instituto Rio Branco, o 27º e o 28º CADs. É autor de dois livros sobre a história do Itamaraty, mestre em Relações Internacionais e também sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.



ASCOM - Câmara dos Deputados

Vice-Presidente André Luiz Costa de Souza

O segundo-secretário André Costa concluiu, em 1994, sua especialização em Relações Internacionais na PUC-RJ. Em 1996, foi assistente na Divisão da

África I e, quatro anos depois, foi vice-cônsul em Barcelona. Em 2001, recebeu a sua primeira promoção e serviu na embaixada brasileira em Kiev. No ano passado, ocupou a Secretaria de Coordenação Política da Presidência da República e, atualmente, está licenciado para exercer mandato de deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro.

Vice-Presidente Executivo

Manuel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior

O ministro Manuel Inocêncio ingressou na carreira em 1978. Foi chefe do Setor de Ciência e Tecnologia da embaixada brasileira em Bonn, em 1983 e, cinco anos depois, ocupou cargo na embaixada em Bagdá. Em 1994, recebeu a promoção para conselheiro, por merecimento. Foi ainda cônsul-geral-adjunto em Toronto e chefiou a Divisão da Ásia Central do MRE.



Mauro Burlanach

Diretor de Assuntos Jurídicos

Hélcio Tavares Pires

O embaixador aposentado Hélcio Tavares começou a trabalhar no Itamaraty em 1955. Ele chefiou a Divisão de Transportes e Comunicações do Itamaraty em 1980 e, no ano seguinte, foi promovido a ministro. Ocupou a embaixada brasileira nos Emirados Árabes em 1984 e já serviu em vários postos, como Reino Unido, Egito, México e Austrália, entre outros. Ele se aposentou em 1990 e logo depois aceitou o convite para chefiar a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura. O embaixador foi reeleito para a pasta de Assuntos Jurídicos, na última assembléia da ADB.



Mauro Burlanach



Diretor de Assuntos Culturais
Paulo Roberto de Almeida

É bacharel e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica, e mestre em Planejamento Econômico pela Universidade do

Estado de Antuérpia. Foi assessor executivo na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 1985, passou a lecionar no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília. Recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Rio Branco e foi promovido a conselheiro por merecimento. Foi ministro-conselheiro na embaixada de Washington e está lotado, atualmente, no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, órgão vinculado à Secretaria de Comunicação de Governo.



Diretor de Comunicação
Eduardo Pereira e Ferreira

O terceiro-secretário Eduardo Pereira é graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal do Paraná e especialista em

tradução inglês-português pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Entrou no Itamaraty em 2000 e, atualmente, chefia o Centro de Documentação do MRE. Foi diretor-adjunto de Comunicação durante a gestão do embaixador Luiz Villarinho.

Diretor de Aposentados e Pensionistas
Murillo de Miranda Basto Júnior

O conselheiro aposentado Murillo de Miranda Basto Júnior foi admitido no Instituto Rio Branco em

1954 e, três anos depois, tornou-se cônsul de terceira classe, no Rio de Janeiro. Em 1961, serviu em Assunção como segundo-secretário e foi promovido a conselheiro em 1973. Serviu em Berlim em 1990 e durante sua carreira diplomática, encerrada em 1995, passou por vários postos no Uruguai, Suíça e Síria, entre outros países.



Diretor de Esportes
Paulo Gustavo Iansen de Sant'Ana

Paulo Gustavo é paulista de Jundiaí e bacharel pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo

(USP). Ingressou no Ministério das Relações Exteriores (MRE) como terceiro-secretário em julho de 2000. Fez seu estágio na embaixada brasileira em Quito (Equador) e já trabalhou na Divisão de Assistência Consular do Itamaraty. Desde o ano passado, exerce suas funções na Assessoria de Imprensa do gabinete do ministro Celso Amorim.



Diplomatas ganham **mais um** **representante na Câmara**

Empossado em janeiro deste ano como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, o segundo-secretário e vice-presidente da ADB André Costa pretende direcionar sua atuação parlamentar para as comissões de Relações Exteriores e de Desenvolvimento Urbano da Câmara. O seu objetivo é contribuir para fortalecer a política externa do governo Lula, que, segundo ele, recuperou o papel do Itamaraty na política internacional. No entanto, ele questiona a decisão do

Itamaraty de tornar a prova de inglês classificatória, e não mais eliminatória no concurso para ingresso na carreira diplomática: “É difícil defender que o corpo diplomático brasileiro, na articulação dos interesses externos de nosso país, possa prescindir do domínio pleno da língua inglesa”. Ele também defende uma presença mais ativa do Congresso na discussão da política externa brasileira e propõe que a ADB abra uma discussão em torno do projeto de previdência complementar para os servidores públicos.



ASCOM - Câmara dos Deputados

Como o senhor avalia a política externa do governo Lula?

A minha avaliação da política externa do governo Lula é altamente positiva. Esta tem se desenvolvido com notável protagonismo, superando as expectativas tanto de seus quadros quanto do conjunto da sociedade. Enquanto muitos alardeavam um comportamento internacional fulcrado em parâmetros ideológicos, o que se observa é uma diplomacia dotada de sentido tático-estratégico, com a recuperação plena do tradicional papel do Itamaraty de formulador e executor da política externa do Brasil – enfraquecido em razão da diplomacia presidencial do governo anterior – e em muito afinada com nossos propósitos históricos de uma política externa independente e ativa.

Nessa perspectiva, a diplomacia de Lula pode ser considerada realista, universalista e pragmática, com vistas a melhor responder aos interesses que há algumas décadas vêm se esboçando no seio da sociedade brasileira. O Brasil, sem sombra de dúvida,

passou a responder melhor às expectativas criadas em torno de um país continental portador de natural liderança regional e de responsabilidade global – em face dos grandes poderes mundiais.

O senhor concorda com as prioridades estabelecidas pelo Itamaraty?

O Itamaraty, para além de concentrar-se na cooperação com os países mais desenvolvidos, em relação aos quais exercemos um papel secundário, busca assim novos espaços e possibilidades, aproximando-se dos vizinhos sul-americanos (especialmente dos países andinos), da África Austral, dos países árabes e de gigantes como Índia, China e Rússia, ampliando nossa perspectiva econômica e geopolítica. A esse respeito, a formação do G-20 e a consolidação do G-3, marcados pela inequívoca digital de nossa diplomacia, são exemplos de uma política externa que respeita nossa dimensão continental e responde aos desafios de uma globalização assimétrica e excludente. A agenda externa do presidente Lula representa ainda a dimensão internacional de sua política de combate à desigualdade social e pela união dos “Brasis”, como atesta sua luta em escala global contra a fome.

Quais serão os eixos de sua atuação parlamentar?

Penso em exercer forte atuação parlamentar em comissões como a de Relações Exteriores e de Desenvolvimento Urbano. Acredito que os temas internacionais deveriam ter uma relevância nas discussões do

Congresso Nacional. A vida democrática requer a popularização do debate sobre as relações internacionais, tal como defendida por San Thiago Dantas em um dos grandes momentos de nossa diplomacia. A esse respeito, a Câmara Federal pode e deve exercer papel predominante, sobretudo no momento em que o presidente Lula reforça nossa agenda internacional com os pleitos da criação do Parlamento do Mercosul e do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.



ASCOM - Câmara dos Deputados

A formação do G-20 foi a resposta do governo brasileiro à globalização assimétrica e excludente, afirma André Costa

Qual é a opinião do senhor sobre a candidatura de Luiz Felipe Seixas Corrêa para a Organização Mundial do Comércio (OMC)?

Ademais da irreparável biografia profissional do nosso embaixador, sua candidatura reflete o desejo maior de se elevar o Brasil a uma posição de maior protagonismo na cena internacional. E a OMC é emblemática nesse intento, pois claro está que neste fórum – por meio de uma política comercial afirmativa, o Brasil tem diminuído o hiato entre sua dimensão continental e a respeitabilidade internacional.

Qual é a contribuição do Congresso Nacional para o Brasil conquistar um assento definitivo no Conselho de Segurança da ONU?

O Congresso deve apoiar e dar potência a iniciativas internacionais do governo, como o esforço de aproximação com os grandes países em desenvolvimento (Índia e África do Sul) e a consolidação de sua liderança na América do Sul. A parceria com o Congresso Nacional, no processo de afirmação internacional do Brasil, passa a

ser fundamental para que esse movimento estratégico seja inteligível a toda a sociedade, a exemplo do envio de tropas brasileiras em missão de paz da ONU.

O senhor é favorável à prova do idioma inglês apenas classificatória para ingresso na carreira diplomática?

Não vejo essa medida com bons olhos, sobretudo no momento da política externa afirmativa que testemunhamos. A democratização do acesso à carreira diplomática não deve se dar em oposição à meritocracia, sob pena de ser taxada de democratismo. É difícil defender que o corpo diplomático brasileiro, na articulação dos interesses externos de nosso país, possa prescindir do domínio pleno da língua inglesa, hoje amplamente configurada como a língua franca da globalização. Considero muito mais positiva, para a consecução daquele objetivo, a política de concessão de bolsas de estudo e de quotas às minorias.

O projeto que institui uma previdência complementar para os servidores públicos atende às necessidades específicas dos diplomatas?

Precisaria analisar melhor a proposta, mas acredito que ela talvez possa atender a uma boa parte das necessidades individuais dos diplomatas. Defendo que a ADB, nesse tema, amplie o debate para o conjunto do nosso corpo diplomático.

Como o senhor vê a participação do Congresso na agenda internacional?

Constitucionalmente, a política externa brasileira é conduzida pelo Poder Executivo. No entanto, acredito que o Congresso, sendo o contínuo refratário da vontade e do sentimento da Nação, deveria se colocar como balizador, e não apenas legitimador, da ação internacional do País, orientando e alertando o Itamaraty na condução das questões internacionais mais caras à população brasileira.

Perfil Perfil Perfil Perfil Perfil Perfil Perfil Perfil



ASCOM - Câmara dos Deputados

André Costa nasceu no Rio de Janeiro, no dia 22 de maio de 1968. Formado em direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), prestou concurso para o Itamaraty e é diplomata de carreira desde 1994.

Já foi chefe do gabinete do Escritório de Representação no Rio de Janeiro; vice-cônsul do Brasil em Barcelona (Espanha) e Caiena (Guiana Francesa) e secretário da embaixada do Brasil em Kiev (Ucrânia).

É autor do livro *O fracasso da globalização: da construção dos Brasis às ruas de Praga*. Filiado ao PT desde 1995, assumiu o mandato de deputado federal na legislatura 2003-2007, em 22 de dezembro de 2004, na vaga deixada por Lindberg Farias (PT-RJ), que assumiu a prefeitura de Nova Iguaçu (RJ) em janeiro de 2005.

Itamaraty garante que auxílio-educação

Uma das prioridades do Ministério das Relações Exteriores em 2005 é a criação de um auxílio-educação para todos os servidores civis que trabalham fora do País. Entre as propostas está a de estender um acréscimo do auxílio familiar que já existe, com base na Lei nº 5.809, em vigor desde 1972, e que só é concedido em casos especiais.

A discussão sobre as dificuldades quanto à educação fora do País de filhos de servidores do Serviço Exterior é antiga. O custo elevado das escolas internacionais não é compatível com o salário da maioria dos funcionários públicos que trabalham no exterior, cujos filhos também enfrentam problemas decorrentes da dificuldade de adaptação cultural em virtude das constantes mudanças de país, e conseqüentemente, de idioma e de sistema de ensino.

Em muitos casos, mesmo quando o país onde se encontra o servidor oferece educação pública adequada, as dificuldades decorrentes de idiomas exóticos, como é o caso dos países asiáticos e do Oriente Médio, impedem o acompanhamento do ensino e prejudicam o desenvolvimento acadêmico.

O presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros, Flávio Mendes de

Oliveira Castro, afirma que o papel da ADB é reativar e estimular o debate sobre o tema. Para ele, a expectativa em relação à solução desse problema é grande, por conta da falta de atualização dos salários dos servidores. “O câmbio é muito instável, o que modifica muito o custo de vida. Por isso a preocupação com educação é extremamente importante”, completa.

Depoimentos

O ministro Paulo Antônio Pereira Pinto passou por essas dificuldades. Em 14 anos, período em que serviu em países como Malásia e Cingapura, ele gastou cerca de 500 mil dólares com mensalidades e matrículas para os três filhos. “No final da década de 80, com a desvalorização da moeda americana, cheguei a ter 70% do meu salário comprometido com educação. Precisei vender o carro para manter as crianças na escola”, conta o ministro.

O oficial de chancelaria Deonézio Stecanela Savi teve problemas para educar os filhos durante o tempo em que serviu na embaixada em Pequim, China. Ele conta que a baixa qualidade do ensino era um dos principais obstáculos para matricular os filhos em instituições públicas chinesas. Segundo Savi, os valores das mensalidades nas escolas de reconhecimento internacio-

é prioridade

nal eram inviáveis. A solução encontrada foi matricular o filho mais velho em um colégio paquistanês e o mais novo em uma escola indiana. “As duas instituições são consideradas razoáveis e têm preços mais compatíveis”, acrescenta.

Ele considera que a educação dos filhos em países onde não há boas escolas é um problema sério para os servidores. “Seria de grande valia se o governo brasileiro subsidiasse parte dos custos com educação nesses locais. Principalmente para os assistentes de Chancelaria, que são os servidores menos beneficiados no exterior”, declara Savi.

O que diz a lei

A Lei nº 5.809, de 1972, trata dos direitos de servidores civis e militares a serviço da União fora do País e determina que 3,3% do valor total da indenização de representação no exterior sejam somados ao auxílio familiar do chefe da missão diplomática para ajudar no custeio da educação de dependentes. No entanto, só podem ter acesso a esse acréscimo os chamados casos especiais, nos quais o diplomata precisa educar os dependentes fora do país onde presta serviço.

O Decreto nº 72.288, de 1973, regula-

menta a concessão do acréscimo ao auxílio familiar e determina que, para ter acesso ao benefício, o diplomata precisa estar em missão internacional com duração igual ou superior a seis meses. Além disso, é necessário comprovar que o local da missão oferece possibilidade de prejuízo à formação profissional dos dependentes. A ajuda adicional só é concedida durante os meses do ano letivo, mediante comprovação de matrícula.

Para o ministro Flávio Castro, o valor estabelecido por lei é incompatível com o custo de educar os filhos no exterior. “É extremamente importante educar os filhos junto aos pais, em uma língua básica que norteie a formação da personalidade da criança”, alerta.

Proposta de mudanças

Em maio de 1999, durante a gestão do secretário-geral Luiz Felipe Seixas Corrêa, o MRE enviou ao então ministro da Casa Civil, Pedro Parente, uma minuta de projeto de lei para estender a concessão do acréscimo ao auxílio familiar e beneficiar os diplomatas que têm filhos estudando no país em que estão lotados. De acordo com a proposta, o diplomata que serve fora do País teria direito a 3,3% do maior



valor da indenização de representação no exterior atribuída ao chefe da missão diplomática quando tiver de custear a educação dos dependentes. Fica a cargo do MRE apontar os casos que têm direito ao benefício e estabelecer as formas de pagamento. O projeto prevê ainda que o acréscimo ao auxílio será pago a apenas um dos cônjuges quando ambos forem servidores do ministério. Em caso de separação, o direito será pago de acordo com a distribuição dos dependentes.

A proposta foi acompanhada de uma exposição de motivos e de um estudo sobre o acréscimo do auxílio familiar. A pesquisa mostra que, em 1999, 842 dependentes estavam em condições de receber o benefício.

A diretoria da ADB considera necessário promover ajustes na legislação. A entidade entende, também, que é preciso avaliar a qualidade do ensino público e fazer um estudo de custo das escolas particulares de cada país.

Como o assunto é tratado em outros países



Argélia

É costume do governo argelino custear completamente os estudos dos dependentes de diplomatas em serviço no exterior. Isso porque, na Argélia, oficialmente todas as escolas são públicas. De acordo com o conselheiro da Embaixada da Argélia em Brasília, Mohamed Mellah, essa tradição é reflexo da importância dada à educação no país. Os filhos dos diplomatas argelinos que prestam serviço em Brasília são um exemplo. Eles frequentam o Liceu Francês e fazem curso de árabe por conta do governo argelino. Em relação à educação superior, a postura é a mesma. O governo financia bolsas de estudos em universidades da França e do Canadá.



Alemanha

O governo alemão também cobre totalmente os custos com a educação até a conclusão do ensino médio. Nos países onde há escolas alemãs, os diplomatas só têm acesso ao benefício se matricularem os dependentes na instituição alemã. O Estado não financia o ensino superior dos filhos de diplomatas que trabalham no exterior. Para o conselheiro da Embaixada da Alemanha em Brasília, Robert Dieter, a preocupação é que não haja defasagem na formação dos alunos. Dieter tem dois filhos em idade escolar, que estudam na Escola Americana de Brasília, por conta do governo alemão.



Índia

O funcionário do serviço exterior indiano recebe o auxílio-educação para cobrir integralmente os custos com ensino de no máximo dois dependentes, até a conclusão do segundo grau. Esse benefício compõe uma parte da remuneração dos servidores conhecida como *representation grant*, formada, ainda, por um auxílio-moradia.



Argentina

O artigo 63 do decreto que regulamenta o Serviço Exterior argentino prevê que o salário-educação seja concedido dos 4 aos 21 anos de idade. Na prática, o benefício só é pago aos servidores dos postos nos quais os gastos com escolaridade superem 15% do salário bruto. Esse caso pode ser observado em locais como Bangcoc, Damasco, Estocolmo, Hong Kong, Kiev, Manila e Tóquio.



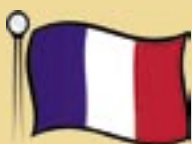
Canadá

O governo do Canadá tem um programa de auxílio-educação que atende todos os servidores lotados no exterior. O objetivo é dar assistência financeira para assegurar a educação, que normalmente seria proporcionada sem custo no sistema de ensino público canadense. Os ensinamentos fundamental e médio em escolas no exterior devem ser equivalentes ao padrão canadense. Além disso, é fundamental que o estudante esteja apto a ser reintegrado ao sistema educacional canadense com o menor transtorno possível. Anualmente, o governo canadense faz um levantamento dos preços das escolas no exterior que oferecem um programa de formação internacional. A intenção é estabelecer o valor que será disponibilizado para cada missão, de acordo com o local no mundo. Em caso de retorno ao Canadá, a continuidade do programa internacional também é custeada pelo Estado.



Estados Unidos

A lei norte-americana determina que todas as crianças tenham acesso à educação pública gratuita. Com base nisso, o governo dos EUA entende que os filhos de diplomatas, por estarem no exterior, precisam ter os estudos custeados pelo governo. Dessa forma, o Estado paga instituições que tenham um nível equivalente às escolas norte-americanas. Nos locais onde funcionam Escolas Americanas, os dependentes de diplomatas têm direito a bolsas de estudos.



França

Orientado pelo direito de todos à educação gratuita, o governo francês garante aos servidores que trabalham no exterior um subsídio financeiro para a educação fundamental. Além disso, são mantidos liceus franceses em diversos países e redes públicas de ensino a distância.



México

De acordo com a Lei do Serviço Exterior, em vigor desde 1994, os diplomatas em serviço fora do México recebem auxílio do governo para custear a educação dos filhos. O benefício é calculado de acordo com o cargo e o salário do servidor. Quanto maior o rendimento, menor a porcentagem da ajuda. As taxas de matrículas são financiadas integralmente pelo governo mexicano e a escolha da instituição de ensino fica a cargo do servidor. Em geral, embaixadores têm direito a 40% do que recebem como adicional de auxílio-educação. Já os oficiais de chancelaria podem receber até 90% do salário, independentemente do lugar em que estejam servindo.

Outro fator que influencia o valor do auxílio é a região do mundo na qual o diplomata se encontra. Nesse caso, o critério adotado é a avaliação do ensino público local. Se o servidor trabalha em um país com escolas públicas de boa qualidade, o auxílio-educação dado pelo governo será menor, para incentivar o uso do serviço público. Na América do Norte, o benefício concedido é de 20%; na Europa, 45%; na América Latina, 40%; na África, Ásia e regiões do Pacífico, 50%. O auxílio-educação é concedido para o ensino fundamental, a partir da primeira série, até que o dependente complete 18 anos, e não se estende ao ensino superior.



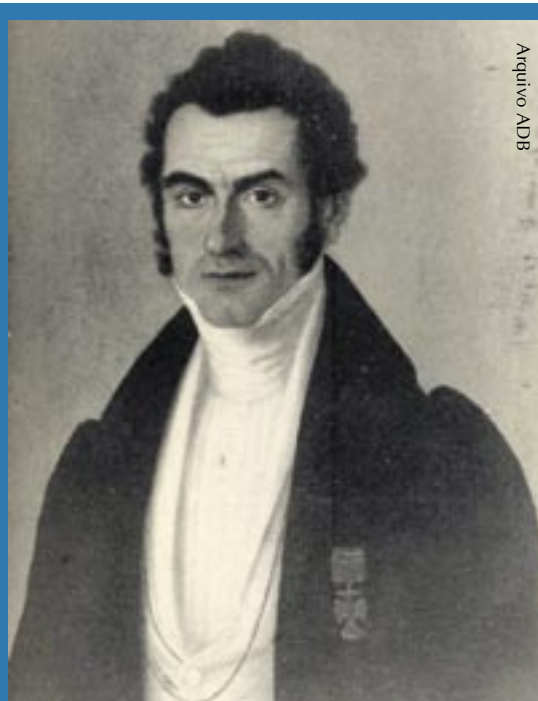
Espanha

Mesmo não contando com legislação específica para regulamentar o Serviço Exterior, o governo espanhol oferece auxílio-escolar aos servidores com dependentes de 3 a 20 anos. O benefício deve corresponder a 60% do custo com escolaridade, não podendo ultrapassar 3,9 mil euros por mês.

Um diplomata a cavalo:

Aqueles que pensam, por experiência própria ou relato de terceiros, que a situação sanitária de certos postos está abaixo da crítica ou que as condições de vida em geral de determinados países deixam muito a desejar, bem fariam em ler, ou reler, a biografia de Duarte da Ponte Ribeiro, *Um diplomata do Império*, do historiador José Antonio Soares de Souza. Trata-se, provavelmente, do mais versátil colega já conhecido nos anais da nossa história diplomática, um verdadeiro sobrevivente e um aventureiro involuntário de muitas das peripécias da nossa primeira diplomacia.

Sobreviveu à invasão de Portugal, onde nascera em 1795, pelas tropas de Junot, a serviço de Napoleão, e a muitas viagens de navio, logo após sua formação como médico, no Real Hospital Militar do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Cirurgião de bordo, a partir de 1811 sobreviveu a viagens tempestuosas, a meias rações de água, ao escorbuto e a uma terrível carneirada (febre de Angola), quase dado como morto após três dias de agonia. Logo depois da independência, em 1824, tendo deci-



Versatilidade, espírito de aventura e capacidade de sobrevivência são algumas das características do médico, que virou diplomata praticamente por acaso

dido permanecer no Brasil e servir ao novo Estado, foi vítima de um terrível acidente: “uma espingarda de dois canos rebentara em suas mãos, causando-lhe a descarga despedaçamento da mão e braço esquerdos, perda de ossos, tétano conseqüente...”.

Médico renomado, mas impossibilitado agora de operar o bisturi com a destreza necessária, ele se transforma em diplomata praticamente por acaso. Tendo sido nomeado, em 1826, cônsul do Brasil na Espanha, deparou-se, entre-

tanto, com a curiosa situação de não lhe ser dado o necessário *exequator*, por não reconhecer o governo espanhol a independência do Brasil, devido à ocupação brasileira na Cisplatina. Acompanhado da mulher e dos cinco filhos (o último nascido em Lisboa), Ponte Ribeiro retornou portanto ao Brasil, sem ter conseguido cumprir sua primeira missão diplomática. Não tendo recebido passagens ou qualquer ajuda de custo

Duarte da Ponte Ribeiro

da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, viu-se na constrangedora situação de ser obrigado a vender as pratas da casa e o seu primeiro uniforme de diplomata para custear as passagens de volta, ficando, ainda, devedor de um amigo de Lisboa em mais de 50 mil réis.

Superando barreiras

Em fevereiro de 1829, Duarte da Ponte Ribeiro era nomeado cônsul-geral e encarregado de negócios no Peru. Embarcou numa fragata brasileira, com instruções de seguir por terra até o Chile: a Secretaria de Estado não tinha idéia, aparentemente, das dificuldades de um tal trajeto. Se encontrasse ambiente favorável naquele país, deveria entregar uma carta credencial que o acreditava igualmente como encarregado de negócios, interino, junto ao governo do Chile. Em abril, entretanto, com as “províncias unidas” ainda em situação de guerra civil, ele avisava o ministro brasileiro sobre a impossibilidade de prosseguir por terra. Terminou viajando por mar, mas embarcando a partir de Montevidéu, fez o percurso pelo Cabo de Horn. Em agosto de 1829, apresentava suas credenciais na capital do Peru.

Em 1830, empenhado em reduzir despesas, o ministro dos negócios estrangeiros, Francisco Carneiro de Campos, comunicava-lhe que o Império havia decidido reduzir o seu salário anual a dois contos e quatrocentos mil réis, e ainda advertia: “Escuso dizer a Vossa Mercê que qualquer excesso de despesa não será abonado”. Com a Regência, sua missão no Peru foi retirada em novembro de 1831, mas a comunicação

só chegou a Lima em abril seguinte, após o que Ponte Ribeiro parte em direção ao Chile. Na capital chilena, Ponte arrostou sua conhecidíssima inimiga, pois, atacado de cólera-morbo e novamente desenganado, conseguiu escapar da morte, “desmentindo os prognósticos dos médicos”. Em agosto de 1832, ele já estava de volta à Corte, “longe dos apuros que passara com o miserável ordenado de 2:400\$000”, mas também sem qualquer outro salário.

Nessa época, inexistia a carreira diplomática, e Ponte Ribeiro permaneceu em disponibilidade sem nada receber, até que se lhe deparasse uma nova oportunidade de servir ao País. Essa lhe surge um ano depois, quando o ministro Silva Lisboa o nomeia encarregado de negócios no México, onde deveria informar que “o principal objeto da nossa gloriosa revolução, com tanta fortuna realizada em 7 de abril de 1831, fôra eximirnos da influência portuguesa, não havendo sido senão nominal até aquela época a independência, que com tanto custo havíamos conseguido de uma metrópole que, por séculos, nos escravizara”.

Fugitivo do “vômito preto”

A caminho da Inglaterra, para depois ir ao México, ele se demora em Portugal, em missão secreta, seguindo os passos do ex-imperador, para saber das possibilidades de sua volta ao Brasil. Em fevereiro de 1833 segue de paquete para a Inglaterra e daí parte para Vera Cruz, aonde chegou em 28 de abril, depois de ter passado por São Domingos, Jamaica e Honduras. Fugiu do porto mexicano imediatamente, apressado e espavorido com receio

do “vômito preto”, que matava de quinze a vinte pessoas por dia. Um de seus primeiros ofícios já consignava que “os negócios desta República (então dirigida pelo presidente Sant’Ana) chegaram ao último estado de complicação e oferecem o mais horroroso aspecto... Toda a República está hoje em revolução”.

Ponte Ribeiro só se demorou um ano e meio no México, pois em fevereiro de 1835 Manoel Alves Branco, assinou sua carta revocatória, que só lhe chegou em outubro. Demorou um pouco para partir, por se achar doente. Partiu de Vera Cruz em 8 de novembro e chegou a Filadélfia duas semanas depois, para novamente enfrentar sua velha conhecida: “Na mudança repentina de um país extremamente caloroso e outro coberto de neve, regressou a minha enfermidade de garganta, com uma pulmonia de que estive à morte”. Conseguiu resistir à morte, como ele disse, porque “preciso buscar pão para cinco filhos”.

A cavalo ou em
lombo de burro,
Duarte da Ponte
Ribeiro foi o
brasileiro que
mais viajou pelo
continente
americano no
século XIX

Cuidado com os “Yankees”

Os meses que passou em Filadélfia, bloqueado pela neve e preso a uma cama, meditando sobre a morte e observando o começo da expansão americana em direção ao Texas e outras regiões, fizeram-no desconfiar pelo resto da vida dos americanos: “Deus livre o Império brasileiro de uma questão com os Estados Unidos que sirva de pretexto para organizar expedições... Desculpa V. Exa. este desabafo contra os Yankees. Cuidado com eles...”.

Com 41 anos, a fase mais importante da vida de Duarte da Ponte Ribeiro estava começando ali, quando influenciaria decisivamente a futura demarcação dos limites do Brasil. O novo ministro dos negócios estrangeiros, Visconde de Abaeté, nomeou-o, em

junho de 1836, encarregado de negócios nas repúblicas da Bolívia e do Peru.

A caminho da nova missão, acompanhado apenas pelo filho de 14 anos nomeado adido de segunda classe, demorou-se Ponte Ribeiro em Montevidéu e em Buenos Aires, onde freqüentou o Arquivo Militar, estudando os geógrafos antigos e copiando cartas e mapas. Em Buenos Aires, ele queria comprar de um dos comissários espanhóis encarregados de demarcar os limites do tratado de Santo Ildefonso, todos os trabalhos que possuía sobre essas demarcações. O Império, porém, foi mais uma vez sovina, negando-lhe qualquer dotação.

Duarte da Ponte Ribeiro deixou Buenos Aires, por terra, em outubro de 1836, empreendendo uma viagem de quase mil léguas, com recomendações dadas pelo próprio ditador Rosas. Percorreu, em diligência, em lombo de burro ou a cavalo, as províncias de Santa Fé, Córdoba, Santiago del Estero, Tucumã, Salta e Jujui, chegando a Chuquisaca, na Bolívia, em 30 de dezembro. Um amigo, na Secretaria de Estado, “não compreendia que se fizesse semelhante loucura”, mas podia Ponte “gabar-se de ser o brasileiro que mais viajara pelo continente americano”.

Conflito Peru-Bolívia

Em 3 de janeiro de 1837, ele já entrava em funções, transformando-se em cronista dos lances políticos e guerreiros que se desdobravam nas repúblicas do Peru, Bolívia e Chile. Os complicados conflitos do Rio da Prata, “não se comparavam em complexidade à pavorosa luta que desencadeara o marechal Santa Cruz, ao impor a federação Peru-Bolívia”. O marechal era o político mais poderoso dos Andes e pre-

tendia, num futuro próximo, “dirigir todas as repúblicas do Pacífico”. Era possuidor de inteligência, tinha habilidade política e perfeito conhecimento dos homens, mas “a dissimulação, a desmedida vaidade e ambição ilimitada, reduziram-no à caveira comum dos demais ditadores”.

A Bolívia parecia a Santa Cruz demasiado acanhada, mas ao Chile não convinha essa união. Quando Ponte Ribeiro apresentou-se na Bolívia, já o Chile se movimentava contra o marechal, oferecendo-se o diplomata brasileiro como mediador, em nome do Império. (...) Escarrapachado no lombo de um burro, teve o diplomata brasileiro de segui-lo por caminhos escabrosos, que na estação de chuvas se tornavam intransitáveis”.

Saído de Chuquisaca em 19 de março de 1837, com o vice-presidente, chegou Ponte Ribeiro em 5 de abril a La Paz. Agora ia descer Ponte até o Pacífico, já que em Tacna os plenipotenciários dos dois países discutiam as bases da federação. Logo em seguida ele foi agraciado pelo marechal com a Legião de Honra Boliviana.

Salário mesquinho

No dia 28 de maio, ele já era recebido em Lima, em audiência pública pelo próprio Santa Cruz, agora no papel de presidente do Peru. A dominação não era tolerada pelos peruanos, mas era imposta por seus três generais: um alemão, outro irlandês e o terceiro, inglês. Ponte estava no centro de todos os enredos, quer da política interna do país, quer da guerra declarada pelo Chile. “E se não fôra a mesquinhez do ordenado que lhe pagava o governo imperial, não lhe teriam sido desagradáveis os sete anos de permanência em Lima”. Ele assistiu ainda à invasão de Lima por tropas chilenas, em agosto de 1838.

Foi no quadro dessas conversações, que também envolviam questões de limites e um tratado de amizade, comércio e navegação, que se firmou primeiro no

espírito de Ponte Ribeiro, depois nos documentos e ofícios que ele despachava para a Secretaria de Estado, o princípio do *uti possidetis*, em contraposição ao tratado de 1777, como a base essencial para a resolução das pendências de fronteiras deixadas em aberto pela herança colonial luso-castelhana. Num projeto de tratado de comércio com a confederação Peru-Bolívia, que Ponte Ribeiro discutiu com o marechal, figurava claramente o princípio do *uti possidetis* como referencial para a demarcação dos limites. Esta foi, provavelmente, a primeira vez que o Brasil utilizou-se do conceito em negociação com um estado vizinho, apesar das instruções contrárias, e manifestamente inadequadas, do Rio de Janeiro.

Distância de jantares

A vida que levava Ponte Ribeiro em Lima era sóbria: evitava jantares, “alegando doença de estômago e regimes alimentares, mas, na verdade, para evitar retribuições que os seus ordenados não comportavam”. Como informa ainda Soares de Souza, “a única despesa extraordinária de Ponte Ribeiro no Peru consistia na compra de documentos raros”.

O Império lhe dava muitos títulos – cavaleiro, comendador, depois barão –, mas lhe recusava um salário condigno. “Afinal, excogitava ele, para que tanta luta, tanto estudo, tantas privações, tanto trabalho? Para chegar onde chegou: a miséria! Para isso não fôra preciso enfrentar mares, tempestades, navios à vela, caminhos escabrosos e lombos de burro. Bastava-lhe ter ficado na Corte, onde os próprios negros tinham vida melhor”.

Tirante os navios à vela e o lombo dos burros, alguma semelhança entre esse quadro desolador com situações, salários ou episódios atuais? Talvez mera coincidência...

Paulo Roberto de Almeida



Tragédia do *tsunami* reabre discussão sobre solidariedade e diplomacia

Reuters

Em 26 de dezembro do ano passado, um maremoto provocou ondas gigantes. Os chamados *tsunamis* varreram o litoral de países do sul e do sudeste asiático. O número de mortos e desaparecidos está estimado em 300 mil. São milhares de pessoas desabrigadas, sem emprego e em busca de parentes. Entre as vítimas estão a conselheira da embaixada brasileira em Bangcoc, Lys Amayo, e seu filho de 10 anos, Gianluca.

A tragédia comoveu o mundo inteiro e gerou uma corrente de assistência humanitária que há muito tempo não se via em nível internacional. O medo do terrorismo criado após os atentados nos Estados Unidos e na Espanha deu lugar a manifestações de solidariedade no Brasil e em todo o mundo.

Esta edição do Boletim da ADB é uma homenagem à memória da conselheira Lys Amayo. Além de traçar um perfil da diplomata, a partir de depoimentos de familiares e colegas, a nossa reportagem entrevistou Joana Merlin-Scholtes, que coordena o programa de assistência da ONU na Tailândia. A brasileira fala do trabalho da ONU na reconstrução do país e do apoio às populações atingidas pelo desastre.

O Boletim da ADB recebeu ainda dois depoimentos, dos ministros Manoel Pereira, que relata o esquema especial montado pelo Ministério das Relações Exteriores para localizar brasileiros na região da tragédia, e Edson Duarte Monteiro, que descreve a assistência humanitária oferecida pelo Brasil às vítimas do *tsunami*.

Quem foi Lys Amayo?

Generosidade e solidariedade são as palavras mais usadas por familiares e amigos para se referir a Lys Amayo Benedek D'Avola. Há 20 anos no Ministério das Relações Exteriores, Lys era conselheira da embaixada do Brasil na Tailândia há cerca de dois anos. No dia 26 de dezembro, a diplomata brasileira, o marido Antônio D'Avola e os filhos, Gianluca e Thaís, estavam de férias na ilha de Phi Phi, quando o local foi atingido pelo maior maremoto dos últimos 40 anos na Ásia. Os corpos de Lys e Gianluca, de apenas 10 anos, foram encontrados e reconhecidos dois dias depois pela embaixada brasileira em Bangcoc. O corpo de Antônio foi localizado no fim de março e Thaís nada sofreu, porque decidiu não ir a um passeio na praia com os pais e o irmão.

Lys Amayo nasceu em Copacabana, Rio de Janeiro, em 1958. Primeira filha da atriz, psicanalista e fonoaudióloga Theresa Amayo, tinha forte ligação com a família, em especial com a mãe, que se diz abençoada. "Ficamos 20 anos distantes fisicamente. Dessa forma, Deus me preparou. É só mais uma viagem, um dia voltaremos a nos encontrar", afirma, emocionada.

Idiomas e política

Ela começou muito cedo a estudar idiomas. Aprendia rápido e com facilidade, tanto que se formou na Cultura Inglesa aos 17 anos. O interesse pela carreira diplomática nasceu antes da faculdade, junto com os frequentes debates sobre política na família. Lys iniciou o curso de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi concluído na Universidade de Brasília (UnB). Além da língua materna, falava outros seis idiomas: espanhol,

inglês, alemão, búlgaro, francês e italiano.

Aprovada para o Itamaraty na segunda tentativa, Lys formou-se grávida da primeira filha, Thaís. Theresa define a filha como uma verdadeira "mamma" italiana, daquelas que conta histórias e está sempre presente para os filhos.

Foi convidada, nos anos 80, pelo embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, para trabalhar em Roma, onde serviu por cerca de dois anos. "Eu perdi uma amiga muito querida e o Itamaraty perdeu uma brilhante funcionária", declara o embaixador. Ele conta ainda que, meses antes da tragédia, Lys havia pedido conselhos sobre uma casa que pretendia comprar em Brasília.

Retorno a Brasília

O plano era mudar para a capital assim que terminasse o trabalho na Tailândia, o que aconteceria ainda em 2005. Dias depois da notícia da morte de Lys, Flecha de Lima recebeu uma carta em que a amiga agradecia a ajuda e programava uma visita para breve.

Amigos e familiares concordam que Lys fez do amor a finalidade da vida. Segundo Theresa, Lys parecia ter um carinho especial para cada pessoa que encontrava e essa era a razão de ser tão querida.



Arquivo pessoal

Joana Scholtes pinta o retrato da tragédia

O desafio da Organização das Nações Unidas na Tailândia foi criar as condições para que a ajuda que surgiu de todos lugares do mundo chegasse às vítimas. A maior parte dos países da região já possuía, em caráter permanente, agências da ONU que contribuíram para o trabalho de assistência. Nos casos de desastres naturais, a ação da ONU é dividida em etapas. Na primeira fase, os trabalhos se concentram no auxílio imediato, prestação de primeiros socorros, transporte de feridos, busca por corpos e sobreviventes, provisão de alimentos, água e remédios e implantação de medidas contra epidemias e doenças. A depender da intensidade dos danos causados, essa etapa pode durar até um mês.

Joana Merlin-Scholtes, coordenadora do programa das Nações Unidas na Tailândia, explica que, na seqüência, começam os trabalhos de reconstrução e reabilitação. Além dos projetos de infra-estrutura e de urbanização, que são executados em médio prazo, também são criados programas de orientação e ajuda financeira aos cidadãos que perderam empregos, bens e família. Essa é a fase atual dos trabalhos nas regiões atingidas pelo maremoto.

Joana Scholtes discute com o governador de Phuket as ações da ONU na Tailândia

Por fim, começa a fase de preparação para prevenir contra grandes desastres. No caso dos *tsunamis*, essa fase inclui a elaboração de sistemas de alerta aos países costeiros, permitindo que a população nativa e os turistas possam ser removidos a tempo. Segundo a coordenadora, as etapas de reestruturação e prevenção devem levar mais de um ano para serem cumpridas. “Depois de algum tempo, os projetos de reabilitação por conta do desastre vão se integrar aos trabalhos normais de desenvolvimento, implantados pelas Nações Unidas”, explica Joana.

Apoio do Brasil

Ela ressalta, ainda, que o trabalho de identificação e apoio às vítimas realizado pelas embaixadas foi fundamental. “Uma demonstração disso foi atitude do embaixador brasileiro em Bangcoc, Marco Antônio Brandão, que viajou pessoalmente a Phuket no dia da tragédia para dar atenção às vítimas brasileiras”, conta Joana. No Brasil, o governo coordenou o embarque de doações da população, das empresas e das instituições públicas. De acordo com o Itamaraty, entre alimentos, remédios, roupas e água foram transportadas 268 toneladas de doações em aviões e navios.

O turismo é uma das principais fontes de renda das regiões afetadas pelas ondas gigantes. A destruição de centenas de hotéis causou prejuízos de milhões de dólares. Nas áreas menos atingidas, a procura por hotéis caiu cerca de 70% em relação ao ano passado. As conseqüências disso são um desemprego recorde, além da quebra na



economia local. O setor hoteleiro tailandês já pediu subsídios ao governo para a recuperação. O objetivo é evitar demissões e treinar novos funcionários.

De acordo com Joana Scholtes, nos locais onde vários estrangeiros morreram e desapareceram vai ser fundamental a instalação de um sistema confiável de alerta contra *tsunamis*. O governo tailandês estima que aproximadamente 3 mil estrangeiros foram mortos ou estejam desaparecidos por conta do desastre. “É de suma importância restabelecer a confiança e dar aos turistas a sensação de segurança”, explica a coordenadora da ONU.

Onda de solidariedade

A solidariedade internacional às vítimas dos *tsunamis* foi um fenômeno que mobilizou e comoveu todo o mundo. O Brasil, como outros países, teve atuação importante, enviando, no dia primeiro de janeiro, tempo considerado recorde, 16 toneladas de alimentos e remédios.

Logo após o maremoto, a ONU criticou os Estados Unidos por entrarem tardiamente na “onda de solidariedade” às vítimas da tragédia. No entanto, segundo Joana Scholtes, essa crítica foi uma precipitação, porque os poucos dias de atraso foram necessários para que alguns países tomassem conhecimento do impacto causado pelos *tsunamis*.

Ela lembra também que, em alguns casos, o envio de recursos financeiros depende de aprovação oficial. “É necessário dizer que o exército americano reagiu de forma bastante rápida, enviando em dois dias helicópteros e aviões aos locais atingidos”, testemunha Joana.

A funcionária da ONU considera, ainda, que a tragédia na Ásia foi uma oportunidade para a comunidade internacional expressar a bondade humana. No entanto, ela avalia que o mundo não está livre de ações terroristas. “A crueldade humana, potencializada por racismos e desigualdades econômicas, geram o terrorismo. Infelizmente, esse fenô-



Arquivo - Edison Monteiro

Delegação brasileira enviada à Indonésia, Tailândia e SriLanka, desembarca em avião da FAB no aeroporto de Medan, na província de Norte-Sumatra

meno existe e voltará a causar pânico em muitos países do mundo”, constata Joana.

A Tailândia, que enfrenta instabilidade em quatro províncias de maioria islâmica, a despeito da “onda de solidariedade”, registrou um aumento de atentados terroristas localizadas no sul do país após o dia 26 de dezembro.

Experiência de vida

Na condição de funcionária da ONU, Joana Scholtes acompanhou de perto várias situações críticas em diversos países do mundo. Para ela, tanto situações de guerra, quanto tragédias, como o maremoto na Ásia, exigem sangue frio e postura firme para apoiar de forma eficiente governos e instituições no socorro às vítimas. “É nosso dever dar uma contribuição positiva em situações caóticas”, ressalta.

Segundo Joana, em desastres naturais o que mais impressiona é o sentimento de inevitabilidade, a conscientização da fragilidade humana perante um ataque inesperado da natureza. “Casos como o da Ásia nos fazem sentir uma grande necessidade de contribuir para que a situação melhore, para que a população deixe de sofrer e volte a viver uma vida normal e digna, com oportunidades de trabalho e subsistência honesta”, afirma.

Assistência humanitária às vítimas do



Reunião entre representantes da delegação brasileira e autoridades da Tailândia, em Phuket

Para mim, o dia 26 de dezembro de 2004, domingo, teria sido perfeito: descansar das festas natalinas, aproveitar a visita da filha e preparar a partida, no dia seguinte, para o Rio de Janeiro, em merecido recesso. Mas o inesperado aconteceu.

No início da tarde, recebemos as primeiras notícias sobre a trágica ocorrência. Minha esposa filipina e eu somos muito atentos às notícias do sudeste asiático. Mas não nos dávamos conta, naquele momento, da amplitude do desastre.

Na manhã de segunda-feira, resolvi passar pelo Itamaraty para conversar com o chefe do DAO, embaixador Edmundo Fujita, e inteirar-me das informações oficiais sobre a tragédia. No caminho, recebi a notícia de que estavam desaparecidos, em Phuket, na Tailândia, a diplomata brasileira Lys Amayo de Benedek D'Avola e seu filho Gianluca.

Reação do governo brasileiro

A mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além das condolências aos países atingidos, expressou o sentimento de solidariedade da nação brasileira e a vontade política de estender a cooperação

necessária aos respectivos governos. Tendo em mente as necessidades identificadas pelos países afetados e órgãos internacionais, o Ministério das Relações Exteriores consultou, inicialmente, o Ministério da Saúde sobre a disponibilidade de vacinas e medicamentos para pronta assistência.

Contatos preliminares foram feitos, desde 27 de dezembro, com o Ministério da Defesa e com as empresas aéreas brasileiras sobre a possibilidade de oferecerem o transporte de doações para as áreas atingidas. Também foram estudadas opções para a entrega do material às Nações Unidas, para redistribuição aos países afetados.

Em 28 de dezembro, o Itamaraty enviou representante da Delegação Permanente em Genebra para reunião realizada pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), que ainda não dispunha de avaliação consolidada. Diante disso, em 29 de dezembro, o Itamaraty promoveu reunião com os chefes de missões em Brasília dos países afetados pelo *tsunami*.

Gabinete de crise

Também no dia 29, foi constituído um "gabinete de crise" para coordenar a assistência humanitária brasileira aos países afetados. Reunido no mesmo dia, o Ministério da Saúde indicou estar habilitado a suprir com presteza material apropriado para a emergência, e o Ministério da Agricultura se dispôs a doar alimentos como parte da ajuda humanitária brasileira. O Ministério da Defesa também indicou dispor de aeronave para fazer o transporte do material até Bangcoc.

oferecida pelo Brasil

tsunami

Foi aprovada a primeira remessa de doações e um avião da FAB chegou ao aeroporto de Bangcoc em 1º de janeiro de 2005, com 16 toneladas de carga. Na oportunidade, a embaixadora Siree Bunnag agradeceu a solidariedade brasileira, ressaltando o fato de que o governo brasileiro, “praticamente do outro lado do mundo”, havia sido um dos primeiros a concretizar sua ajuda.

Mobilização da sociedade

Registre-se que, em paralelo à pronta resposta do governo, ocorreu intensa movimentação da sociedade civil e mais de quinhentas toneladas de alimentos e medicamentos foram recolhidos. Diante dessa realidade, o “gabinete de crise” recebeu instruções para equacionar a remessa das doações feitas pelos cidadãos brasileiros para os países beneficiados. Assim foi decidido o envio para o Sri Lanka de avião cargueiro da Varig com cerca de 60 toneladas de carga, que chegou a Colombo em 3 de janeiro.

Registro que o segundo voo da FAB também transportou integrantes de missão brasileira enviada à Indonésia, Tailândia e Sri Lanka. Fui indicado para chefiar a comitiva, composta por 12 membros do governo brasileiro. A missão teve por objetivo aferir as reais necessidades de ajuda humanitária por parte daqueles países, para melhor direcionar a assistência prestada pelo Brasil.

Defrontamo-nos com verdadeira operação de guerra na Indonésia e no Sri Lanka,

suprindo o apoio logístico para o transporte de medicamentos, alimentos e água, bem como especialistas em operações de resgate e de primeiros socorros. Na Tailândia, tivemos a grata surpresa de verificar que o país se organizara rapidamente para a reabilitação da infra-estrutura turística e assistência aos desabrigados.

Não poderia deixar de mencionar a forte emoção com que a delegação constatou o impacto do maremoto sobre tantas áreas. Ficou-nos a certeza dolorosa de que tudo deve ser feito para minorar as conse-

quências do desastre e que a comunidade internacional deve buscar estabelecer mecanismos para a prevenção de futuros incidentes da mesma natureza.

Lição de solidariedade

Realmente, são muitas as lições a serem tiradas dos trágicos acontecimentos de 26 de dezembro de 2004 na Ásia e na África. Desejamos

que não se repitam. Mas encontramos conforto na dimensão do socorro oferecido pela comunidade internacional e, em especial, na constatação de que o governo brasileiro demonstrou estar capacitado a reagir e prestar assistência humanitária imediata e efetiva em casos de desastre. E podemos concluir que o povo brasileiro mais uma vez demonstrou ser imbuído de exemplar espírito de solidariedade e generosidade para com as vítimas de calamidades.

"O governo demonstrou estar capacitado a prestar assistência humanitária imediata e efetiva em casos de desastre"

Edson Duarte Monteiro

Itamaraty monta esquema especial brasileiros na região da

Acordei, na manhã de 26 de dezembro de 2004, com a agradável sensação de que se iniciava o recesso de fim de ano, almejado descanso após um ano de trabalho intenso no Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior (DCB). Desci à banca da quadra onde moro, para comprar os jornais do domingo e as revistas semanais. Ao entrar em casa, o telefone tocou. Denise, minha mulher, atendeu-o e me passou: “É uma chamada da Tailândia”.

Do outro lado, ouvi a voz do amigo e colega de mais de trinta anos, o embaixador Marco Antônio Diniz Brandão: “Manoel, na manhã de hoje (noite de 25 de dezembro no Brasil), aconteceu uma calamidade no sudeste da Ásia. As praias do sul da Tailândia foram varridas por enormes ondas. A Thaís, filha de nossa colega Lys, acaba de me telefonar para dizer que sua mãe, seu irmão menor e seu padrasto, que passavam com ela o fim de semana de Natal na ilha de Phi Phi, desapareceram”.

Esquema de emergência

Antes mesmo que a imprensa veiculasse a preocupante notícia, o mecanismo de assistência consular de emergência do Ministério das Relações Exteriores aos brasileiros no exterior foi posto em funcionamento. Os gabinetes do ministro de Estado e do secretário-geral foram informados dos desaparecimentos e lhes foi passado o número de telefone que Marco Antônio me havia dado. Mantive contacto com Thaís, em Phi Phi e com a mãe de Lys, no Rio de Janeiro. A colega plantonista do DCB disse-me no dia seguinte que o celular fôra

tão utilizado que chegava a queimar-lhe as mãos e a orelha.

Na segunda-feira, pudemos aperfeiçoar o mecanismo de assistência, com a divulgação de telefones dedicados exclusivamente ao recebimento de pedidos de buscas de brasileiros, na Secretaria de Estado e em cada uma das quatro embaixadas (Bangcoc, Nova Delhi, Kuala Lumpur e Jacarta), nos países atingidos pelos *tsunamis*. Todos trabalhamos em regime de plantão de 24 horas, em Brasília – centros de atendimento diurno e noturno – e no exterior.

Lista de brasileiros

Ainda em 27 de dezembro, encaminhamos àquelas embaixadas a primeira lista diária de brasileiros buscados, bem como recursos para prestação de pequenos auxílios, em especial compra emergencial de agasalhos, alimentos e remédios. As missões em Bangcoc e em Nova Delhi, com jurisdição sobre os países mais afetados, receberam reforço de pessoal destinado a acelerar as buscas.

O centro de atendimento diurno contou com estagiários, supervisionados por funcionários da Divisão de Assistência Consular (DAC), onde se localizou. Os plantões noturnos, de 12 horas seguidas, foram confiados a terceiros-secretários, com auxílio da Central de Atendimento do ministério. Tive o prazer de receber dois jovens colegas, que me pediram que fossem indicados para a tarefa. Várias vezes, os estagiários vieram ver-me, olhos brilhantes, avisando que mais um compatriota havia sido localizado. O sentimento de solidariedade ultrapassou o mero dever funcional. Cabe igual-

para localizar tragédia

mente ressaltar o trabalho incansável de busca que continua a ser feito por nossas embaixadas.

Balanco da tragédia

O balanço da assistência prestada é muito positivo e, sem dúvida, o mecanismo foi aprovado no duro teste a que foi submetido. Em 29 de janeiro de 2005, encerraram-se as buscas, havendo sido localizados todos os 411 compatriotas que estariam na região atingida. Exceto Lys e Gianluca, cujas mortes são dolorosas para nós, seus colegas, não há vítimas fatais nem feridos brasileiros a lamentar. Tive o prazer de trabalhar com Lys, ainda terceira-secretária, há pouco menos de vinte anos, quando servia no cerimonial. A assistência consular é um dos grandes desafios atuais do Itamaraty. Nossas comunidades no exterior, que crescem a cada ano, e os brasileiros, que viajam cada vez mais a turismo, a negócios ou a estudo, encontram apoio seguro no sistema de assistência.

Quando entrei na carreira diplomática, há exatos 31 anos, as paredes das diferentes unidades da Secretaria de Estado ostentavam um cartaz, em que se lia: "A melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se". A rapidez com que o ministério respondeu às necessidades da sociedade, neste momento, é exemplo de que a melhor tradição da Casa continua viva. Os problemas de assistência consular tenderão a crescer rapidamente em extensão e complexidade, ainda que, felizmente, desastres como o que o sudeste da Ásia e o leste da África experimentaram no último sábado do ano passado, não sejam freqüentes.



John Russel/APP

Moradores e turistas fogem do tsunami que varreu o litoral da Tailândia e do sudoeste asiático

Missão cumprida

A prestação da assistência será uma das principais tarefas do Ministério das Relações Exteriores do século XXI, já que corolário natural da diversificação da política externa e da projeção dos interesses nacionais por todo o mundo. Órgão auxiliar do presidente da República na formulação e na execução da política externa, o Itamaraty exerceu, uma vez mais, em consequência da calamidade de 26 de dezembro de 2004, uma de suas mais importantes competências, a de apoiar e proteger os cidadãos brasileiros no exterior, em quaisquer circunstâncias, onde quer que estejam.

Manoel Gomes Pereira

O Brasil e a OMC

O Brasil sempre esteve plenamente vinculado ao sistema multilateral de comércio. Já na Conferência de Havana, de 1947, que redigiu a Carta do que deveria ter sido a Organização Internacional de Comércio, o Brasil teve atuação afirmativa na defesa dos interesses dos produtores de matérias-primas. Fomos, também, um dos 48 membros fundadores do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), estabelecido para suprir a lacuna criada com a impossibilidade de se dar cumprimento à Carta de Havana. Participamos ativamente de todas as rodadas de negociação do GATT.

Desde 1994, ano da conclusão da Rodada Uruguai e dos Acordos de Marrakesh, que levaram à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), nossa atuação em Genebra vem-se pautando pela busca consistente do fortalecimento do sistema multilateral de comércio em bases equitativas e, sobretudo, pela integração mais efetiva dos países em desenvolvimento ao processo decisório da organização.

Pauta de exportação

Como país de porte médio, cuja participação no comércio global ainda é relativamente reduzida, o Brasil tem grande interesse no fortalecimento das regras da OMC. A distribuição geográfica equilibrada de nossos fluxos comerciais e a diversificação de nossa pauta exportadora de bens e serviços nos colocam em posição privilegiada.

O Brasil não depende excessivamente de nenhum de seus parceiros. Nossas rela-



ções comerciais são distribuídas de forma praticamente equivalente entre a América do Norte, a Europa, a América Latina e o Caribe, a Ásia e a África. Nossa pauta exportadora inclui uma ampla gama de produtos, que vão desde os produtos de base típicos dos países em desenvolvimento, até bens de alto valor agregado, como aviões.

Essa característica de nosso comércio externo confere ao Brasil especial sensibilidade para lidar com as condições prevalentes em todos os segmentos do comércio mundial. Os graus distintos de modernização da economia nacional tornamos, assim, especialmente aptos para tratar com toda a ampla gama dos temas da agenda de negociação e nos credenciam para exercer papel decisivo na construção de consensos.

O mandato de Doha colocou a questão do desenvolvimento no centro das negociações, ao mesmo tempo em que propôs, como tema central a correção das distorções existentes no setor do comércio mundial até

agora mais resguardado das regras do livre comércio: a agricultura. Nesse e nos demais temas do mandato, o Brasil tem atuado com vistas a evitar acordos excludentes e a promover a construção de consensos pela via da participação.

Atuação do G-20

Em Cancún, a atuação firme e decisiva do G-20 impediu que se aprovasse uma plataforma reducionista para a negociação, que rebaixava consideravelmente o nível de ambição do mandato e que havia sido tecida – como era usual – entre os EUA e a União Européia e posteriormente submetida à aceitação dos demais membros. Tomamos a iniciativa das negociações e apresentamos propostas capazes de conciliar os interesses “ofensivos” e “defensivos” dos países em desenvolvimento. Contribuímos decididamente para mudar a dinâmica do processo decisório na OMC, tornando-o mais participativo e mais permeável.

Foi, sem dúvida, graças à maior coordenação alcançada entre os países em desenvolvimento que se puderam lograr os resultados positivos de julho de 2004, em Genebra. No mesmo mês, a Rodada de Doha recuperou o nível de ambição que esteve ameaçado em Cancún. Ainda estamos longe de cumprir com o

mandato, mas, pelo menos, podemos trabalhar agora sobre uma base adequada, com vistas a resultados equilibrados na reunião ministerial prevista para fins de 2005 em Hong Kong.

Apesar de ter conseguido manter sua relevância após o término da primeira década de existência, não se pode dar como garantido que a OMC continuará a manter indefinidamente sua preeminência. A fim de permanecer como o elemento de coesão do sistema mundial de comércio, a organização deve ser capaz de enfrentar os riscos de fragmentação, por meio da negociação de uma estrutura normativa ampla, capaz de harmonizar de forma efetiva o crescente número de acordos comerciais que estão sendo concluídos em todo o mundo.

Mudanças na OMC

A OMC deve, também, fortalecer sua coordenação com outras instituições relevantes, de maneira a ampliar a coerência que se faz tão necessária no cenário macroeconômico atual. Há muitas falhas nas regras existentes, muitas tarefas inacabadas e que influem negativamente no comércio



internacional. O futuro da OMC e, portanto, do sistema multilateral de comércio, está indissociavelmente vinculado ao resultado da atual Rodada de Doha.

O caminho a seguir é muito claro: temos de introduzir definitivamente a dimensão do desenvolvimento na organização. É necessário corrigir as distorções – sobretudo os subsídios domésticos e à exportação – que afetam o mercado de bens agrícolas. Em bens não-agrícolas (NAMA), é necessário que a fórmula de redução tarifária a ser acordada entre os Membros leve em devida consideração o princípio de *less than full reciprocity*, tal como estabelecido no mandato.

Em serviços, os compromissos em acesso a mercados devem ser acompanhados de avanços equivalentes na área de regras e contemplar as áreas de interesses dos países em desenvolvimento, como as prestações em modo 4, ou seja, a livre movimentação de pessoas físicas prestadoras de serviços temporários.

Tratamento especial

As negociações em curso devem, ainda, resultar em dispositivos específicos para os países de menor desenvolvimento relativo e para as economias pequenas e vulneráveis, de modo a ampliar suas oportunidades para diversificar sua base produtiva e exportadora e assegurar acesso mais amplo para os seus produtos nos mercados dos países consumidores. Em tratamento especial e diferenciado, precisamos de dispositivos mais precisos e operacionais, capazes de agregar valor às políticas específicas de desenvolvimento dos países que ainda se acham à margem dos

benefícios gerados pelo comércio.

Só conseguiremos esses resultados se formos capazes de fortalecer o mecanismo decisório por meio da valorização da regra do consenso, única capaz de levar a acordos plenamente operacionais. O consenso deve resultar de procedimentos democráticos e transparentes. Democracia é o conceito-chave por trás dessa idéia.

É o valor que está no centro das políticas interna e externa do presidente Lula, que têm por objetivo promover a erradicação da pobreza por meio do desenvolvimento econômico e social sustentado. A importância desse conceito no contexto da OMC é dada pelo fato de que dois terços de seus membros lutam, hoje, contra condições crônicas de pobreza.

"A regra do consenso é a única capaz de garantir acordos plenamente operacionais. Democracia é o conceito-chave por trás dessa idéia. É o valor que está no centro das políticas internas e externas do presidente Lula"

Candidatura brasileira

Foi nesse espírito que o governo brasileiro apresentou nossa candidatura para concorrer ao cargo de diretor-geral da OMC, que estará vago a partir de setembro deste ano, com o fim do mandato do atual diretor, Supachai Panitchpakdi, da Tailândia.

A apresentação de um candidato brasileiro ao posto máximo da OMC inscreve-se no contexto maior do papel que o País vem desempenhando nas negociações multilaterais, como articulador de consensos e das posições dos países em desenvolvimento. É uma iniciativa consistente com as posições tradicionalmente assumidas pelo Brasil em foros internacionais e está sendo objeto de intensa articulação perante nossos parceiros na OMC.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Itamaraty tem orçamento recorde para 2005

Apesar do aumento nos recursos, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) ainda possui um dos menores orçamentos entre os ministérios. O valor também é pouco expressivo em comparação com outros países do porte do Brasil.

O orçamento do MRE para 2005 reflete uma tendência de crescimento iniciada nos últimos três anos. Ele é de pouco mais de R\$ 1,5 bilhão, 10% maior que os recursos disponibilizados em 2004. Apesar disso, o MRE representa apenas 0,28% do orçamento total da União, o que segundo o Itamaraty, é um percentual ainda baixo, se comparado ao montante que outros países com desenvolvimento econômico comparável ao Brasil gastam com política externa.

O setor mais comprometido é o de Pagamento de Organismos Internacionais, que, em função de atrasos sucessivos nos últimos anos, passou a acumular uma dívida que não será paga com o dinheiro disponível para 2005. “É uma dívida que deveria ser assumida pelo Tesouro Nacional, em vez de fazer parte do orçamento do MRE”, afirma o presidente da ADB, ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro. “É um dinheiro que poderia usado, por exemplo, para reajustar os salários da categoria, que sofreu perdas na última década, decorrentes de vários planos econômicos”.

A partir de 2004, visando a maior transparência nos gastos, o Itamaraty passou a compor o orçamento de forma diferente: várias ações foram subdivididas em pro-

jetos menores e as despesas passaram a ser computadas por área geográfica, para facilitar o acompanhamento do orçamento. O ministério executou 94% do previsto no ano passado, desempenho que anima os diplomatas para 2005, já que o orçamento para este ano não sofreu cortes do Congresso Nacional.

Distribuição dos recursos

Boa parte dos recursos contempla a execução dos acordos de cooperação internacional assinados pelo governo Lula. Eles prevêem, entre outros, a consolidação do Mercosul e a expansão de alianças com economias em franco crescimento, como Índia e China.

Uma das dotações orçamentárias que mais cresceu foi a de Relações do Brasil com Estados Estrangeiros. O programa terá quase R\$ 30 milhões a mais neste ano. Além disso, a rubrica de Difusão da Cultura e da Imagem brasileira no exterior passou de R\$ 23 milhões, em 2004, para R\$ 26 milhões neste ano. A maior parte do orçamento, cerca de R\$ 875 milhões, é destinada à manutenção dos postos nos países estrangeiros. O Itamaraty também vai seguir uma recomendação do Tribunal de Contas da União e substituir imóveis alugados no exterior por imóveis próprios.

Os recursos para pagamento de pessoal são R\$ 630 milhões. No ano passado, eram da ordem de R\$ 585 milhões. Do total, está previsto o uso de R\$ 1,75 milhão para Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação; R\$ 2,478 milhões para Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas; R\$ 3,1 milhões para Auxílio-Alimentação; e R\$ 1,16 milhão para Auxílio-Transporte.

Remuneração dos diplomatas

No entanto, a remuneração da categoria ainda sofre críticas. Em 2001, os vencimentos dos diplomatas ocupavam a quinta posição no *ranking* das carreiras da administra-

ção pública federal. No ano passado, caíram para o 15º lugar. Nesse período, o salário de ingresso, por exemplo, subiu 30% para o efetivo do Itamaraty, aumento menor que os 42,5% dos analistas do Banco Central e que os 69,5% dos auditores fiscais.

Segundo Flávio Mendes, a ADB vai lutar para que possíveis suplementações no orçamento venham a beneficiar diretamente a categoria. “Uma de nossas prioridades é a criação de um auxílio-educação para os servidores que trabalham no exterior”, conta. “Vamos estimular o debate e estudar a melhor forma para propor esse benefício, fundamental para os diplomatas e seus filhos”.

Raio X do orçamento do MRE

- O orçamento do MRE, em 2004, foi de R\$ 1,285 bilhão e, em 2005, será de R\$ 1,572 bilhão.

- O total dos recursos destinados ao Itamaraty representa 0,28% do Orçamento Geral da União.

- Em 2004, foram executados 94% do orçamento do MRE aprovado pelo Congresso Nacional.

- A rubrica Relações do Brasil com Estados Estrangeiros foi uma das que mais cresceu: o programa terá R\$ 30 milhões a mais neste ano.

- O Itamaraty vai dispor de R\$ 630 milhões para pagamento de pessoal, R\$ 45 milhões a mais que em 2004.

- A remuneração dos diplomatas, no entanto, segue defasada. Em 2001, ocupava o 5º lugar entre as carreiras da Administração Pública Federal e, no ano passado, caiu para o 15º lugar.



A política externa é um dos pontos altos do governo Lula



Arquivo Fotográfico - Jornal do Senado

O senador Cristóvam Buarque (PT-DF), recém-eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) do Senado, diz que não tem reparos a fazer nas diretrizes do governo Lula para a política externa brasileira. Em entrevista exclusiva ao Boletim da ADB, o petista avalia a política externa do governo Lula, faz um paralelo com a gestão tucana no Itamaraty e comenta as pretensões do governo brasileiro de conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e de emplacar o nome do embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa na Diretoria-Geral da OMC.

O senador defende a proliferação de embaixadas brasileiras em todo o mundo, considera o corpo diplomático brasileiro um dos melhores que existem e defende a mudança de critérios para distribuição dos diplomatas. Na primeira missão externa como presidente da CREDN, o ex-ministro da Educação do governo Lula informa que vai se reunir com Georges Soros nas Nações Unidas e pretende propor ao investidor estrangeiro o financiamento da Bolsa-Escola das 952 crianças que perderam seus pais na tragédia provocada pelo tsunami no Sri Lanka.

Qual a avaliação que o senhor faz da política externa do governo Lula?

A política externa e a economia são os dois pontos altos do governo Lula. A política econômica – que eu apóio – é a continuação da política do final do governo Itamar e de todo o governo Fernando Henrique Cardoso. É uma política de Estado que, felizmente, o PT adotou, o que mostra uma maturidade do PT. Já a política externa, aí, sim, é uma contribuição do Lula, do ministro Celso Amorim e também da tradição da Casa. A reorientação que deu em direção

a outros países e a organização de outros blocos, como, por exemplo, o eixo Brasil-África do Sul-Índia, o próximo encontro com os países árabes, esse olhar mais forte para a América do Sul. Para dizer a verdade, eu não tenho nenhum reparo.

Qual a diferença que o senhor vê entre essa política externa atual e a do governo anterior?

No meu último dia como governador do Distrito Federal, em dezembro de 98, eu pedi audiência com o presidente Fernando



Maldenir Barreto/Agência Senado

Henrique e Lhe disse que ele havia passado quatro anos querendo ser igual aos presidentes dos grandes países e perdeu a chance de ser o grande líder dos países pequenos. A política do ex-presidente foi uma tentativa de se igualar ao Clinton, ao Chirac, enquanto o Lula está se afirmando como um líder dos países pequenos. O exemplo disso é o Mandela. Então,

para mim, a grande diferença é essa: o Lula reorientou o seu projeto para assumir uma liderança internacional.

O senhor considera positivos os movimentos do governo Lula para conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU?

Uma das razões de fazer política externa é afirmar o Brasil lá fora. Eu, por exemplo, defendo o aumento de embaixadas brasileiras no exterior, mesmo que não traga nenhuma vantagem econômica, comercial ou cultural. Eu costumo dizer que nenhum setor gera mais retorno ao investimento do que relações exteriores.

Eu defendo a pretensão do Brasil, porque fazer parte do Conselho de Segurança também é uma questão de afirmação. No entanto, o grande objetivo não é participar de um conselho permanente com direito a veto, pois esse modelo não é democrático.

O ideal seria criar um comitê menor, cujos membros deveriam ser rotativos, para tomar decisões mais rápidas. Mas, enquanto houver o conselho, vamos brigar para fazer parte dele e, depois que conquistarmos essa posição, vamos fazer uma campanha contra a existência dele.

Quais são as medidas necessárias para democratizar a gestão das instituições internacionais de financiamento?

Eu prefiro falar quais são as medidas necessárias para se criar uma democracia global. Hoje, qualquer país pode tomar decisões que repercutem no planeta inteiro por séculos. Que democracia global é esta, em que os habitantes da Flórida elegem um presidente cujas decisões permitem destruir o equilíbrio ecológico, por causa do aquecimento do planeta? Qualquer país pequeno também pode autorizar cultivo de drogas, lavagem de dinheiro, base terrorista e desequilibrar o planeta. Então, é necessário encontrar algumas regras que permitam a convivência internacional, não apenas no comércio, mas no poder da ciência e da tecnologia.

A globalização democrática tem de ter regras: a luta contra o terrorismo, a paz na segurança, a paz social – não há democracia social com pobreza –, a paz tecnológica – não é possível que a globalização não permita ao mundo inteiro usar o avanço técnico na cura de doenças – e a paz política. Por isso a importância das ONGs, pois elas têm uma preocupação internacional. As ONGs conseguem pensar internacionalmente e, às vezes, a tal ponto que ameaçam soberanias.

Quais são as suas prioridades na presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado?

Vamos fazer uma reunião com representantes das Forças Armadas, do Ministério das Relações Exteriores e de personalidades para discutir a soberania nacional no que se refere à Amazônia. Eu sempre recebo pela Internet um mapa do Brasil onde não está a Amazônia. É a cópia de um pseudo livro-texto de Geografia, usado



Jane de Araújo/Agência Senado



nas *high schools* americanas, mas ninguém demonstrou que isso é verdade.

Eu também quero discutir, por exemplo, a relação entre a pobreza e a defesa nacional. Um país que tem pobreza como o Brasil não é um país com segurança. A violência interna e a defesa nacional. A idéia é criar um ritmo de debate que permita trazer esses temas aqui para dentro.

Além disso, já que o Georges Soros defende que o FMI ajude a reduzir o déficit social, pretendo propor, em uma reunião que vai acontecer nas Nações Unidas ainda neste mês, que ele financie um programa de bolsa-escola para os 952 órfãos do *tsunami* no Sri Lanka. Eu também estou tentando convencer o Clinton, pois ele é o responsável das Nações Unidas pelo apoio às vítimas do *tsunami*. Os dois são entusiastas do Bolsa-Escola.

Como o senhor avalia as chances da candidatura do embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa ao cargo de diretor-geral da OMC?

Meu candidato é o Seixas. Não tem a menor discussão. Ainda que não fosse o Seixas, se fosse outro com as posições dele para os nossos países também seria melhor do que um europeu. Mas não estou a par de como andam essas negociações.

O senhor já teve condições de analisar o orçamento do Ministério das Relações Exteriores?

Não me debrucei sobre o orçamento ainda. Mas esse é um assunto em que sempre dei muito apoio ao Itamaraty, pois é um investimento de altíssimo retorno para a imagem, a credibilidade, a auto-estima do País. Eu me coloquei contra quando o Fernando Henrique fechou a embaixada brasileira na Tunísia. É que fechar uma embaixada é uma estupidez de estratégia. Cuba é um país

muito pobre, do ponto de vista de divisas e, provavelmente, tem mais embaixadas que o Brasil. Agora, vamos ter na Etiópia e na Tanzânia. Nós não temos um embaixador em Bangladesh, um país que tem quase a população do Brasil. Como é que se desperdiça isso? Nós não temos embaixada em Sri Lanka, um país de uma posição interessante.

Eu acho que o Brasil tem de aumentar os recursos para o Itamaraty e tem de dobrar o número de diplomatas. Agora, tem de dobrar e distribuir melhor. Eu constatei que o Brasil tem menos diplomatas na China, que concentra a metade da população do mundo, do que em Genebra. Se você somar Índia, China, Bangladesh, Paquistão, Indonésia dá mais ou menos a metade da nossa população e, até pouco tempo, tínhamos um ou dois diplomatas nesses países. Tem alguma coisa errada aí, então vamos aumentar o número de diplomatas.

Qual é a qualidade da diplomacia brasileira?

Eu não tenho dúvidas de que é das melhores que existe. Só precisa ser mais bem distribuída. Trata-se de uma diplomacia séria, responsável, até mesmo porque não se faz politização. Nós temos poucos embaixadores fora da carreira. Eu não sou contra que haja embaixadores, diplomatas que não sejam de carreira, mas, no Brasil, isso é uma exceção, enquanto em outros países, é a regra. Já tivemos grandes embaixadores que não pertenciam à carreira diplomática, a exemplo de Delfim Neto, que foi e será um grande embaixador onde ele estiver.

Qual é a opinião do senhor sobre o fato de a prova de inglês não ser mais eliminatória no concurso para diplomatas?

Saí na defesa do Itamaraty. Só critiquei uma coisa: dizer que isso é para deselitizar. Não, eu quero elitizar mais. Só que o bom elitismo é o talento, a competência e o mau

elitismo é aquele da renda de sua família. Não gosto do elitismo aristocrático, mas o Brasil precisa do elitismo republicano.

Agora, muitos jovens não entraram no Itamaraty – um bom exemplo de elitismo republicano positivo – porque não tinham morado quando criança nos Estados Unidos. No entanto, a gente vai encontrar caras geniais em Relações Internacionais, Direito, Economia, mas que ainda não dominam o idioma inglês. Portanto, eu acho que não é admissível formar um diplomata que não fale inglês, mas isso não pode ser uma condição para o ingresso na carreira.

Na penúltima edição da revista da ADB, foi publicada uma matéria com o ranking

dos salários das carreiras típicas de Estado. Os diplomatas aparecem em último lugar. O que o senhor pode comentar sobre essa situação?

A minha preocupação é com quem ganha até dois ou três salários mínimos. Passou disso, é preocupação do sindicato. Eu acho até justo o aumento do salário dos servidores públicos, mas a luta salarial não faz parte da minha agenda. Eu defendo os diplomatas, mas, quanto à questão salarial, eu prefiro que eles – ou o ministro deles – defendam. Eu não quero ser o padrinho do aumento de salário. Agora, vou bater palmas se houver esse aumento. Eu desejo que aumente, mas essa não é a minha tarefa. Não sou líder sindical.

Perfil



Gerardo Magela/Jornal do Senado

O pernambucano Cristóvam Buarque é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco, doutor em economia pela Sorbonne, professor universitário e ex-reitor da Universidade de Brasília. É membro do Instituto de Educação da Unesco e idealizador do programa Bolsa-Escola. Autor de 20 livros e colaborador de inúmeras publicações, Cristóvam Buarque criou a organização não-governamental Missão Criança. Foi eleito governador do Distrito Federal (95/98) pelo Partido dos Trabalhadores e conquistou uma cadeira no Senado nas eleições de 2002. Assumiu o Ministério da Educação no começo do governo Lula, mas perdeu o cargo após a primeira reforma ministerial. Voltou ao Senado e foi escolhido, no começo do ano, para presidir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

GDAD pode ser paga integralmente aos inativos

Os aposentados e pensionistas do Itamaraty começaram 2005 com uma boa notícia. A 5ª Vara de Justiça do Distrito Federal confirmou a legitimidade do pedido de pagamento integral aos servidores inativos da Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática (GDAD). A sentença, emitida em dezembro de 2004, foi fruto de uma ação movida pela Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) contra a União. O objetivo da ação judicial é garantir que servidores inativos recebam a GDAD com o mesmo percentual pago a quem está na ativa.

De acordo com a Lei nº 10.479, de 2002, atualmente, o servidor se aposenta tendo como gratificação 50% do salário. Já pensionistas e inativos têm tratamento diverso e recebem apenas 10%. A ADB argumenta que houve quebra do direito adquirido, porque a GDAD foi criada para substituir três gratificações anteriores – GAE, GHPA e GDD – que eram pagas regularmente a ativos e inativos, sem qualquer diferenciação. Além disso, foi violado o princípio constitucional da isonomia, que garante, por exemplo, a paridade de remuneração entre aposentados e servidores da ativa. Para o assessor jurídico da ADB, Antônio Torreão Braz, a lei foi utilizada para excluir os inativos.

Além do processo na Justiça, a ADB pretende pedir apoio à Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O diretor jurídico da associação, embaixador Hércio Pires, ressalta que essas medidas são necessárias porque a Justiça é lenta e a direção do Itamaraty não defende o servidor. “A situação é muito difícil e gera revolta. Estamos diante de uma injustiça flagrante”, desabafa.

União pode apelar

Nos próximos dois meses, o processo deve ser encaminhado a um relator do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que reexaminará a sentença para que o processo entre em execução. No entanto, não há prazo definido para que o relator emita um parecer e o governo federal pode entrar com recursos, por isso não há como estimar o prazo para que se chegue a uma decisão final. De acordo com Torreão Braz, existem diversos casos semelhantes, em outras instituições, que tiveram decisão favorável aos inativos. “É um tipo de processo comum. Há vários casos parecidos em execução no Superior Tribunal Federal. Isso aumenta as chances de vitória”, explica.



Itamaraty e a cultura brasileira



O 42º aniversário do concerto da bossa-nova no Carnegie Hall (21-11-62) é um momento oportuno para recordar o papel do Itamaraty na divulgação cultural do Brasil.

O concerto presta-se bem a isso, pois foi a Divisão Cultural do Itamaraty (leia-se conselheiro Mário Dias Costa) que o idealizou e teve papel importante em sua fase preliminar, quando era necessário definir metas e buscar apoios, e nas etapas finais, em que, com o reforço decisivo de David Zingg, fotógrafo do *Show Magazine*, Dora Vasconcellos, côsul-geral em Nova York, e João Tabajara, também do CGNY, assegurou-se a participação de Sidney Frey, da *Audio Fidelity*, para o aluguel do Carnegie Hall.

Depois dos dois anos que passamos na embaixada em Lima, com noitadas musicais freqüentes, Mário telefonou-me para o México, em maio de 1962, ao assumir a Divisão Cultural, para falar-me do concerto

de bossa nova “que ia fazer no Carnegie Hall, logo que possível”. Diante de meu pasmo com o local escolhido, pois entendia que o gênero pedia ambiente mais aconchegado, disse-me Mário Dias Costa que seu propósito era usar o rótulo ‘Carnegie Hall’ para melhor vender a bossa-nova. Daí para novembro foi um salto e o sucesso, instantâneo.

É verdade que cortinas, luzes e microfones acionados e desligados fora de hora perturbaram o *show*, mas daí a dizer que foi um fracasso é totalmente descabido, ficando tais notícias negativas por conta de grupos tupiniquins mal-informados. Muito pelo contrário, o público foi caloroso e não eram apenas brasileiros os que lotavam o auditório. Os mais entusiasmados eram Quincy Jones, Peggy Lee, Charles Aznavour, Stan Getz, Gerry Mulligan, Chet Baker, Leonard Feather, Charlie Byrd, Teddy Wilson e Kenny Clark.

Deferência a João Gilberto

No dia seguinte, Peggy Lee interrompeu seu *show* no Basin Street East para dizer da honra em ter naquela noite a presença de João Gilberto. Quincy Jones e Aznavour repetiram a dose quando, poucos dias depois, um grupo menor dos artistas brasileiros se apresentou no Village Vanguard. O grupo completo do Carnegie Hall rumava para Washington imediatamente a seguir, para novo concerto, promovido pelo embaixador Roberto Campos e pelo DJ Felix Grant no Lisner Auditorium.

Essa série de êxitos e a permanência de muitos dos músicos nos EUA para novas apresentações e gravações de nada serviram para mostrar ao público brasileiro o realmente acontecido. Muito pelo contrário, com base naquelas reações exageradas, o Itamaraty continuou a ser visto por prisma negativo ao longo dos anos, não recebendo a devida divulgação muitos outros empreendimentos de altíssimo nível.

Recordo que, embaixador na Suíça, telefonei a meio mundo no Brasil e na Europa para dizer do trimestre artístico brasileiro por realizar-se em Zurique, em 1992. Quem se abalou para ver as *Brasiliens Festwochen*, ou comentá-las como cabia? Poucos recordam, por outro lado, o Projeto Brasil-França, iniciativa francesa a que o Departamento Cultural deu total apoio, reforçada pela presença providencial de Celso Furtado no Ministério da Cultura.

O projeto *Les Années France-Brésil* nasceu em 1985 e se estende até nossos dias, em programas da *Ecole Nationale d'Administration* com a Fundação Getúlio Vargas, por exemplo. Faz sentido, portanto, divulgar o trabalho do Itamaraty na difusão cultural do Brasil, pois, mesmo admitindo



Carnegie Hall



que alguns dos músicos participantes do concerto no Carnegie Hall poderiam ter mais

tarde reconhecimento internacional por seus próprios méritos, a verdade é que a grande aventura nasceu na Divisão Cultural, com carta branca e total apoio do embaixador Lauro Escorel, então chefe do Departamento Cultural.

Operação Bossa-Nova

Nada melhor que lembrar cada momento da Operação Bossa-Nova, que abriu um espaço imenso para a música popular brasileira no mundo. Maravilha ouvir o chofer do táxi na Finlândia, depois de lamentar a morte do Tom Jobim, dizer-me algo como “a Elis pode ser muito boa, mas eu gosto mesmo é da Alcione” Diante dessa intimidade com a MPB, dei-lhe um CD do Emílio Santiago. Na mesma linha, puxou do bolso um velho k7 com Coltrane e Johnny Hartman, que me ofereceu emocionado. E combinamos encontrar-nos na Digelius, a principal loja de discos de Helsinki, onde há de Ciro Monteiro e Odete Amaral a Tim Maia. E muito mais. O rótulo valeu a pena.

José Rache de Almeida

Linhas de crédito beneficiam servidores públicos e aposentados

Novas linhas de crédito, com juros mais baixos e com desconto na folha de pagamento, estão disponíveis para servidores públicos e aposentados. O Banco do Brasil (BB) lançou o BB Crédito Consignação, exclusivo para servidores públicos federais, que cobra taxas de juros que variam de 1,75% a 2,6% ao mês, em função do prazo de quitação. A média anual de juros gira em torno de 36%, enquanto o cheque especial atinge cerca de 150% ao ano.

Para a obtenção do empréstimo, que pode ser feito pela Internet e pelos terminais de auto-atendimento, é necessário apenas não ter restrições cadastrais (nome sujo em órgãos de controle como a Serasa ou o SPC). Além disso, a taxa de abertura de crédito diminui caso o servidor seja sindicalizado.

O valor do empréstimo varia de R\$ 100 a R\$ 40 mil. O servidor que já utiliza outras linhas de empréstimo do BB também pode ser beneficiado com o BB Crédito Consignável, desde que o cliente comprometa apenas 30% de seu salário.

O novo sistema do Banco do Brasil é resultado da Medida Provisória nº 130, do Decreto-Lei nº 4.840 e de convênio firmado

entre a instituição financeira e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com o secretário de Recursos Humanos do ministério, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, a intenção é colaborar para que o servidor possa se livrar de eventuais dívidas pelas quais venha pagando juros mais altos, como cheque especial e cartão de crédito. “Estamos contribuindo com uma política de governo, cuja luta diária é pela redução das taxas de juros para todos os brasileiros”.

A Caixa Econômica Federal (CEF) oferece o Cred Sênior para aposentados e pensionistas do INSS, com empréstimos no valor de até R\$ 100 mil, limitados a 30% do valor do benefício, com juros entre 4,60% e 4,95% ao mês.

Seguindo a iniciativa da CEF, o BB ampliou, em maio, os limites das linhas de crédito para aposentados e pensionistas do INSS. As taxas de juros caíram de 4,49% para até 1,75% ao mês, com prazo de pagamento de até 24 meses. A novidade é que a linha está disponível para aposentados que ganham mais de dois salários mínimos. O valor máximo do empréstimo varia de R\$ 10 mil a R\$ 40 mil e a forma de pagamento fica a critério do cliente.

- A taxa média de juros do BB Crédito Consignação é de 36% ao ano. O cheque especial cobra até 150%.
- Os juros do Cred Sênior da Caixa Econômica Federal variam entre 4,6% a 4,95% ao mês.

Diretoria da ADB

Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro – Presidente
Ministro Manuel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior – Vice-presidente Executivo
Secretário André Luiz Costa de Souza (Deputado Federal PT-RJ) – Vice-presidente
Embaixador Hécio Tavares Pires – Assuntos Jurídicos
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Assuntos Culturais
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira – Boletim e Comunicações
Conselheiro Murillo de Miranda Basto Júnior – Aposentados e Pensionistas
Secretário Paulo Gustavo Iansen de Sant’ana – Social e de Esportes

Suplentes da Diretoria

Embaixador Luiz Brun de Souza
Conselheiro Luiz Carlos Galindo de Medeiros
Conselheiro Milton Rondó Filho
Conselheiro Ralph Peter Henderson
Secretária Tânia Alexandra Malinski

Conselho Fiscal

Embaixador Sérgio Damasceno Vieira
Ministro Sérgio de Souza Fontes Arruda
Conselheiro Igor Kipman

Suplente Conselho Fiscal

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta

Secretariado da ADB

Gerente Administrativo: Tércio Arcúrio
Assistente: Carina Oliveira da Silva
Assistente Administrativo: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XI – nº 48
Edição fev/mar de 2005 - ISSN 0104-8503

Conselho Editorial

Eduardo Pereira e Ferreira
Flávio Mendes de Oliveira Castro
Luiz Vilarinho Pedroso
Paulo Roberto de Almeida
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Fernando Guarischi Bath
Tânia Alexandra Malinski

Reportagem

Carmem Lustosa
Débora Oliveira
Dimas Ximenes
Pedro Henrique Barreto

Editores

Letícia Assis
Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável

Larissa Bortoni Dias
(Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisora

Jóira Coêlho Furquim

Secretários de Redação

Tércio Arcúrio

Programação Visual

Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Diagramação

Erika Yoda

Capa

Erika Yoda

Impressão

Charbel Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem

1.400 exemplares



ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 - Brasília - Brasil
Fones: (61) 411 6950 e 224 8022 Fax: (61) 322 0504